



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 3/2019 – Sessão Ordinária de 29 de abril de 2019

----- Aos Vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, no Auditório da Biblioteca Municipal António Francisco Barata, em Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

----- Pelas dezassete horas a senhora Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, começando por apresentar cumprimentos a todos os presentes, nomeadamente aos senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores, à Dra. Sara Mendes Chefe de Divisão de Administração e Gestão, aos membros das bancadas do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis” e Partido Social Democrata, à Comunicação Social e ao público em geral. -----

----- A senhora Presidente da Assembleia passou a palavra à Primeira Secretária que procedeu à chamada verificando-se a presença dos seguintes membros: -----

----- **Presidente da Assembleia:** Maria do Céu Simões Alves, Dra (Partido Social Democrata); -----

----- **Primeira Secretária:** Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões (GCE “Independentes por Góis”); -----

----- **Segundo Secretário:** António José Nunes Gil (GCE “Independentes por Góis”). -----

----- **Partido Socialista:** -----

----- Jaime Miguel Fernandes Garcia; -----

----- Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Dra; -----

----- Ana Andreia Antão Barata, Dra -----

----- Paulo Miguel Lemos Fernandes da Silva, Dr.; -----

----- José Rodrigues; -----

----- Joana Fonseca Tavares; -----

----- **Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

----- Diamantino Jorge Simões Garcia, Eng; -----

----- Amílcar José Barata Aleixo; -----

----- José Carlos Rodrigues Garcia; -----

----- **Partido Social Democrata:** -----

----- Nuno Miguel Almeida Alves, Dr; -----

----- Manuel Enéscio de Almeida Gama, Dr; -----

----- Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias, Engº; -----

----- **Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte, Dr (GCE "Independentes por Góis"); -----

----- Góis - Ana Paula Rodrigues Gonçalves, Dra (Partido Socialista); -----

----- União de Freguesias do Cadafaz e do Colmeal - António Alves Martins (Partido Socialista); -----

----- Vila Nova do Ceira - António Barata Carvalho (Partido Socialista). -----

----- **FALTAS:** -----

----- Dos dezanove membros que compõem a Assembleia Municipal verificou-se a falta dos seguintes membros: -----

----- Paulo Miguel Lemos Fernandes da Silva (Partido Socialista). -----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que os membros faltosos tinham justificado a sua falta nos termos legais. -----

----- **SUBSTITUIÇÕES:** -----

----- Foram substituídos os seguintes membros: -----

----- Paulo Miguel Lemos Fernandes da Silva, foi substituído por Gonçalo Nuno Martins Santos; -----

----- **Câmara Municipal:** -----

----- Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----

----- Presidente da Câmara: Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira (Dra); -----

----- Vice-Presidente da Câmara: Mário Barata Garcia (Dr). -----

----- Vereadores: -----

----- António Rui de Sousa Godinho Sampaio; -----

----- Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

----- Havendo "quórum", foi pela Primeira Secretária efetuada a leitura da Ordem do Dia, a saber:-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- 1 – Aprovação da ata nº 6/2018; -----

----- 2 – Aprovação da ata nº 1/2019; -----

----- 3 – Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal; -----

----- 4 – Apreciação de assuntos de interesse para o Município. -----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

----- 1 – Lei nº 50/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais / Transferência de competências para o Município de Góis / Ratificação;-----

----- 2 – Prestação de contas / Ano de 2018;-----

----- 3 – Relatório de Auditoria, Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas /



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ano de 2018;-----

----- 4 – 1ª Revisão ao orçamento / Ano de 2019;-----

----- 5 – 1ª Revisão às GOP / Ano de 2019;-----

----- 6 – Relatório da atividade económica e financeira da Câmara Municipal.-----

----- **PÚBLICO:** -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **1 – APROVAÇÃO DA ATA NÚMERO SEIS BARRA DOIS MIL E DEZOITO:** -----

----- Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

----- A senhora Presidente da Assembleia referiu que, na sequência da sua intervenção na Ata relativa à sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia 07.12.18, desejava fazer uma ressalva no sentido de propor conjuntamente com a votação da presente Ata uma declaração subscrita pela sua pessoa pelo que se prevaleceu de dar conhecimento da mesma, sendo seu sentido que a mesma se constitua como Anexo da referida Ata. “Declaração: Maria do Céu Simões Alves, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, com respeito à minha intervenção na sessão da Assembleia Municipal de sete de dezembro de dois mil e dezoito cuja citação na Ata que, presentemente, irá ser colocada à votação na página dois, onde diz “ (...) *de facto, não resultam dúvidas, para a Presidente da Assembleia Municipal, ponderados todos os dados e registos relativos, que não existe lapso com respeito ao voto da Sra. Aida Baeta, não havendo dúvidas de que o seu voto foi contra a proposta referida em deliberação.*”, declaro que onde consta que “*o seu voto foi contra*” deve entender-se que pretendia efetivamente e contextualmente dizer que o seu voto foi de abstenção. Igualmente a mesma correção, declaro dever cumprir-se com respeito na página três se refere que “*ao voto da Sra. Aida Baeta, não havendo dúvidas de que o seu voto foi contra a proposta referida em deliberação*”, pretendia dizer que o referido voto foi de abstenção. Proponho que a presente declaração de retificação conste como anexo à presente ata, averbando-se na mesma a retificação que se apresenta e propõe.”-----

----- A senhora Presidente da Assembleia deu a palavra para se pronunciarem sobre a Ata nº 6, relativa à sessão ordinária de 07.12.2018.-----

----- O senhor Jaime Garcia referiu que o senhor Paulo Silva, ainda que não se encontre presente nesta sessão, solicitou que, na quarta linha, da página onze, seja substituída a palavra “desertificação” pela palavra “despovoamento”.-----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Posta à votação a Ata nº 6 de 07.12.2018 foi aprovada por unanimidade.-----

----- Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, a senhora Ana Andreia Antão Barata (Partido Socialista) não participou na votação por não ter estado presente na sessão a que a mesma respeita.-----

----- **2 – APROVAÇÃO DA ATA Nº 1/2019;** -----

----- Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação. -----

----- Não se registando mais intervenções, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- **3 – INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----- A senhora Presidente da Assembleia informou que o expediente rececionado pela Assembleia Municipal é reencaminhado para aos líderes de bancada dos diversos Grupos Municipais no sentido de diligenciarem no âmbito do grupo Municipal que representam. Face ao exposto, referiu que iria fazer alusão a três comunicações que ressalva de importantes, a saber:-----

----- E-mail da Assembleia Municipal de Arganil, Envio de Moção sobre a “Revisão Urgente do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral”, aprovada na sua sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2019, tendo a mesma sido remetida ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, ao Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, ao Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, ao ICNF, à Direção Regional de Florestas do Centro, à CIM Região de Coimbra, às Câmaras e Assembleias Municipais dos concelhos abrangidos pelo PROF CL. -----

----- E-mail do senhor Luís Fontinha, no qual apresenta o projeto Rebanho da Serra do Rabadão e problemas que enfrentam e têm urgência em resolver e encontrar soluções sem prejuízo de ninguém. Referiu que o e-mail foi igualmente remetido à Câmara Municipal, salientando não ter mais desenvolvimento sobre o assunto em questão em virtude de a exposição que mencionam em anexo não ter sido reencaminhada para este órgão.-----

----- E-mail do senhor Jaime Pinto, aldeia da Cerdeira, no qual reclama o corte de uma carvalha na Póvoa da Cerdeira, comunicação também remetida à Câmara Municipal, tratando-se de um assunto da competência do órgão executivo.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- 4 – APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO: -----

----- A senhora Presidente da Assembleia informou da sua presença na cerimónia de Apresentação do Estudo Prévio do Sistema de Mobilidade do Mondego – troço “Portagem-Alto de S. João” e troço “Coimbra B – Portagem” – pela Infraestruturas de Portugal, S.A., que ocorreu no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra, realizada no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra, no dia 27.02.19. Mais informou que se prevaleceu da oportunidade para se apresentar ao senhor Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Infraestruturas de Portugal, transmitindo-lhe que Góis mantém a esperança de que o sistema de mobilidade do Mondego chegue e sirva o concelho, mensagem também transmitida à senhora Presidente da CCDR. -----

----- Informou que, no dia 21.03.19, realizou-se a reunião da Comissão sobre a Saúde em Góis, onde foi deliberado questionar o ACES do Pinhal Interior Norte sobre os seguintes assuntos: a falta de equipa de cuidados integrados; a falta de equipa de saúde mental; a falta de substituição do Enfermeiro Victor Marquesa e da Assistente Técnica Rosário Carreira, que saíram e à data da reunião ainda não tinham sido substituídos; promover a elaboração e divulgação de folheto/desdobrável, informativo sobre o funcionamento do Centro de Saúde de Góis, transparecendo as suas regras de prestação de consultas aos utentes. Salientou que a diligência subsequente a esta reunião ainda se encontra a ocorrer sendo que estas medidas ainda estão para seguir. -----

----- Informou que, no dia 22.03.19, realizou-se em Góis a apresentação pública do projeto Residências Artísticas 2019, o qual se traduz uma iniciativa interministerial entre as áreas da Educação e da Cultura, sendo dinamizado pela Equipa de Educação Artística (EEA), da Direção-Geral da Educação (DGE), através do Programa de Educação Estética e Artística(PEEA). Informou que a referida apresentação contou com a presença da senhora Secretária de Estado da Cultura, Dr.ª Ângela Ferreira, bem como do senhor Chefe de Gabinete do senhor Secretario de Estado da Educação, Mestre Jorge Morais, na qual os presentes tiveram a oportunidade de verificarem o trabalho desenvolvido pela bailarina Carla Pereira, da Companhia Nacional de Bailado, com a turma B do 3º ano, da docente Clara Garcia, o qual objetivou integrar práticas artísticas no dia-a-dia dos alunos.-----

----- Informou que, no dia 23.03.19, esteve presente na Casa da Cultura de Góis no espetáculo musical sob a temática “Filvar In the 80s”, numa excelente promoção da Filarmónica Varzeense.-----

----- Informou que, no dia 24.03.19, realizou-se a cerimónia de inauguração da sede do Grupo de Jovens Alvarenses, sito na antiga EB de Cortes, freguesia de Alvares.-----

----- Informou que, no dia 29.03.19, realizou-se a cerimónia inaugural da 23ª Feira do Livro de Góis



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sob o epíteto “Ler é o melhor remédio” .-----

----- Informou que, no dia 30.03.19, realizou-se a apresentação pública dos resultados do Orçamento Participativo de Góis 2019.-----

----- Informou que, no dia 31.03.19, realizou-se a cerimónia da tomada de posse da bombeira Patrícia Margarida Bandeira Carvalho, como Adjunta de Comando dos Bombeiros Voluntários de Góis, bem como a bênção de 4 veículos, dois pesados de combate a incêndios e duas ambulâncias. Informou que os dois veículos pesados foi no âmbito de candidaturas a fundos comunitários, cuja parte de participação dos bombeiros é assumida pela Câmara Municipal. Informou da homenagem a título póstumo num dos veículos pesados ao bombeiro José Brás. Informou que uma das ambulâncias foi oferecida pelo Góis Moto Clube, no âmbito do resultado de um dos dias de bilheteira da Concentração Motard 2018; sendo a resultado dos fundos ofertados pelo Clube Rota da Jeropiga, Comunidade Portuguesa do Luxemburgo, Comissão de Festas das Cortes, Benfiquistas e Sportinguistas de Alvares, Associação Filarmónica Pombalense, Comissão de Festas de Chãs de Alvares, Comunidade de Alvares e do Grupo de Jovens Alvarenses.-----

----- Informou que, no dia 31.03.19, realizou-se na Casa da Cultura de Góis o Concerto Azul, pela Escola de Música da Associação Educativa e Recreativa de Góis, dando início à Campanha de Prevenção dos Maus-tratos na Infância, que decorre durante o mês de abril, iniciativa promovida pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Góis.-----

----- Informou que, nos dias 6 e 7 de 04.19, realizou-se o Campeonato Europeu de Enduro, numa promoção do Góis Moto Clube, destacando o trabalho dos mais de 200 voluntários e com relevante participação trazendo ao concelho de Góis uma significativa notoriedade.-----

----- Informou que, no dia 11.04.19, realizou-se a reunião da Comissão de Acompanhamento das Medidas Implementadas após os incêndios de 2017.-----

----- Informou que, no dia 13.04.19, realizou-se a cerimónia comemorativa do 86º Aniversário do Ressurgimento da Filarmónica de Góis.-----

----- A senhora Aida Baeta congratulou-se pelo acolhimento de um família Síria na vila de Góis, posição comungada pelos seus colegas de bancada, realçando que Góis revelou que cumpre os valores humanistas europeus, sendo desejo da bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista que este acolhimento tenha bons resultados e que seja para esta família o caminho para regresso à Síria e a reconstrução deste país.-----

----- O senhor José Carlos Garcia congratulou-se pelos vários concertos realizados no nosso concelho pelas Filarmónica da A.E.R.G. e da FILVAR, sendo sua posição que se trata de uma mais valia



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a camada jovem, sendo o mesmo fruto do trabalho e empenho de todos quanto colaboram, nomeadamente das Direções e Maestros de ambas as coletividades, salientando o papel importante da Câmara Municipal nos vários apoios que tem vindo a facultar ao longo da atividade destas instituições por forma a que se promova este ramo da nossa cultura popular. No âmbito da cerimónia comemorativa do 45º Aniversário do 25 de abril de 74, aprez-lhe mencionar dos discursos proferidos a meritória dissertação do seu colega de bancada Diamantino Garcia, por ter falado sobre a temática em questão e não de outros assuntos que em nada refletem a efeméride em questão. De igual modo, mencionou oportuno as palavras proferidas pela senhora Presidente da Câmara Municipal quando se dirigiu ao senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural para que o interior do país não seja esquecido, sendo na sua ótica importante que se reclame o que desejamos para o nosso território como a existência de condições para que possamos permanecer no mesmo. Porém, referiu não corroborar com as palavras proferidas aquando se dirigiu ao senhor Presidente Freguesia de Vila Nova do Ceira para que desafiasse a juventude varzeense a criar uma Associação de Juventude, uma vez que entende que não devem ser criadas coletividades com o mesmo objetivo, entendendo que as existentes deveriam unir-se numa só no sentido de fazerem um trabalho conjunto na área da juventude. Sobre a freguesia de Vila Nova do Ceira informou da necessidade de pavimentação da Rua do Canto, via com bastante movimentação porquanto fica instalada na mesma um estabelecimento comercial, sendo que no seu entendimento a mesma deveria ter sentido único por forma a que não haja os constrangimentos que se têm verificado. Ainda nesta freguesia, referiu que na zona da Lomba existe rede de iluminação pública a qual, presentemente, não se justifica por ali não residir ninguém, sendo de todo importante reduzir os gastos associados ao consumo de iluminação pública. No âmbito da apresentação da FLORESTGAL, empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal, na qual esteve presente a Presidente da Câmara Municipal, questionou quais os benefícios que a mesma poderá trazer para o nosso concelho. Por último, questionou o ponto de situação do Parque Municipal.-----

----- O senhor Victor Duarte congratulou-se pelo facto de na última reunião da Câmara Municipal ter sido aprovado a abertura de concurso para formação de contrato de empreitada da construção de bar/restaurante, arranjos exteriores, ponte pedonal e apoios de praia fluvial em Alvares, registando com agrado este passo decisivo e muito importante para que este espaço lazer seja objeto de conclusão. De igual modo, congratulou-se pela celebração e contrato de comodato relativamente a dois edifícios onde funcionaram as antigas Escolas Primárias, entendendo que se trata de uma forma de valorizar o património municipal, salientando ser do conhecimento de todos a



MUNICÍPIO DE GÓIS ASSEMBLEIA MUNICIPAL

existência de alguns deste imóveis em avançado estado de degradação dando uma imagem negativa tanto às aldeias onde se encontram edificadas, como para a entidade proprietária destas, sendo positivo a cedência das mesmas existindo outras na freguesia que preside que merecem a mesma atenção. Ainda na freguesia de Alvares, referiu a existência de alguns imóveis em degradação, assim como em todo o concelho, muitas das vezes desconhecendo-se os seus proprietários o que leva a que o processo de deterioração não seja devidamente acautelado. Referiu ser exemplo disso dois imóveis na localidade de Cortes, estando localizados numa zona em que põe em risco a circulação de pessoas, porquanto se trata de uma via com bastante afluência pedonal, pelo que solicitou que a Câmara Municipal tome as devidas diligências. Relembrou a existência de 46 municípios que aprovaram o agravamento do imposto municipal de imóveis (IMI) para os imóveis que se encontram em estado de degradação, sendo na sua ótica uma medida positiva porquanto irá resolver muitas situações de alguns imóveis em estado de abandono. No âmbito das acessibilidades, chamou a atenção para duas situações nesta freguesia que urgem ser intervencionadas, nomeadamente a estrada de Cacilhas, porquanto o piso está bastante degradado dando origem a algumas roturas na rede de água, pelo que deverá ser objeto de reparação de alguns buracos existentes em todo o seu circuito, sendo que a mesma merecia uma requalificação em toda a sua extensão, devendo também proceder-se à alteração da rede de águas e saneamento. Uma outra situação verifica-se na Rua do Camelinho, nas Cortes, cujo piso se encontra num estado lastimável, verificando-se a difícil circulação de viaturas, uma vez que quem por ali circula poderá, eventualmente, danificar a sua viatura, bem como as pessoas que usufruem desta via para se deslocarem à panificadora ali existente poderão ser vítimas da projeção de algumas pedras projetadas pelas viaturas. Outra questão que deve estar na ordem do dia da Câmara Municipal é a questão do saneamento, uma vez que resolvida a questão da estação elevatória faz todo o sentido resolver de igual modo o saneamento. No âmbito do Programa Portugal 2020, nomeadamente, no que concerne ao apoio ao interior e num programa que incide na discriminação positiva do interior, sendo que na CIM-RC no único concelho que o limite do financiamento vai até cinco milhões de euros é Góis, sendo os outros com um financiamento bastante superior, pelo que questionou do porquê de somente Góis ter o limite de cinco milhões de recurso financeiro. No âmbito da visita de uma comitiva da CIM-RC a Nogent-sur-Marne, França, com os responsáveis da Região de Paris Est sendo considerado como exemplo na promoção de medidas demográficas inovadoras com resultados visíveis na inversão do decréscimo populacional, encaixando perfeitamente na realidade do nosso concelho, questionou do porquê do nome do concelho de Góis ter sido omitido das comunicações que teve a oportunidade de ver publicadas em



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vários órgãos de comunicação social. No âmbito da vespa asiática referiu ser do seu conhecimento a preocupação manifestada por muitos apicultores do nosso concelho, tendo a Câmara Municipal posto em prática um plano de ação para a destruição dos ninhos através da contratação de serviços para esse mesmo efeito, sendo que estando em época primaveril com certeza que irá verificar-se novamente uma maior afluência da chamada vespa velutina. Pelo que existindo de candidaturas de apoio para criação de Equipas para controlo e combate desta espécie, é do seu conhecimento a existência de alguns munícipes em integrar essas mesmas Equipas, sendo na sua ótica que deveria ter sido importante beneficiar deste apoio para se constituírem essas Equipas porque certamente iria ter um retorno financeiro vantajoso para o município. Pelo que desconhecendo se o município apresentou uma candidatura entende que seria uma mais valia se se tivesse apresentado candidatura para esse mesmo efeito, uma vez que quando se recorre a entidades terceiras poderá não haver a disponibilidade imediata para a realização desse trabalho. -----

----- O senhor António Carvalho referiu que desejava manifestar a sua posição sobre o Orçamento Participativo 2019, porquanto pode constar o interesse que despertou em grande parte da população do nosso concelho, nomeadamente da freguesia de Vila Nova do Ceira, porquanto os munícipes apresentaram projetos para esta freguesia tanto ao Orçamento Geral como ao Orçamento Jovem. Prevaleceu-se da oportunidade para se congratular pelos projetos vencedores apresentados pelos munícipes de Vila Nova do Ceira, Alberto Machado e Lídia José, resultado da votação de mais de metade da população com direito a voto agradecendo a todos quanto participaram na votação dos projetos. Ainda sobre o projeto vencedor do Orçamento Participativo Geral “Kit de Fitness e letras VNCEIRA”, questionou se é intenção da Câmara Municipal instalar o equipamento de fitness antes da época balnear. Referiu que, no dia 10.03.19, realizou-se na zona de caça municipal de Góis a Largada de Perdizes, que contou com a presença de 40 caçadores, iniciativa que culminou com um almoço convívio na sede da Associação dos Amigos de Santa Bárbara, pelo que agradeceu à Câmara Municipal e a todos quanto se associaram e colaboraram neste evento. Referiu ser do seu conhecimento que a Câmara Municipal aprovou o procedimento concursal para requalificação da Rua das Figueirinhas, Vila Nova do Ceira questionando se o mesmo contempla a requalificação da Rua do Canto, porquanto é de todo interesse que o piso desta rua seja intervencionado, uma vez que existem na mesma nove residências habitadas permanentemente na sua maioria por idosos, sendo de todo importante que os residentes circulem em condições dignas. -----

----- O senhor António Gil questionou sobre o ponto de situação da requalificação das calçadas na aldeia da Cabreira. No âmbito do rebanho que está a ser instalado no curral existente na Serra do



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rabadão referiu que as instalações são propriedade no ICNF, sendo parte do terreno cedido pelos Baldios do Cadafaz, pelo que questionou se está previsto algum tipo de apoio por parte da Câmara Municipal. No âmbito da problemática verificada em algumas áreas de pinhal existentes no concelho devido à praga da lagarta do pinheiro, nomeadamente na sequência dos incêndios do ano de 2017, questionou se a Câmara Municipal tem um plano de combate para este tipo de espécie, bem como se tem conhecimento deste problema no concelho que está a destruir significativamente o pinhal jovem existente, nomeadamente em Colmeal, Cadafaz e na Cerdeira. No âmbito do projeto Rio Ceira – A História, o Ambiente e as Populações – Recuperação de Infraestruturas Verdes, sensibilização para as Alterações Climáticas e Redução da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas na Bacia Hidrográfica do Rio Ceira, questionou qual o ponto de situação.-----

----- O senhor Luís Dias iniciou a intervenção dirigindo as suas felicitações à Câmara Municipal pela iniciativa denominada “Por entre Ruas e Ruelas...Pormenores entre sentidos e património” levada a efeito no p.p. dia 18.04.19, inserida no programa comemorativo do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, sendo que como participante na mesma teve a oportunidade de ficar com mais informação sobre alguns pormenores do património objeto desta visita. Realçou a forma apaixonada com que os Técnicos da Câmara Municipal, Fátima Gonçalves e Jorge Lucas, expuseram e apresentaram alguns dos pormenores existentes no património visitado. Pelo que, face ao conhecimento destes Técnicos referiu ter lançado o repto desta iniciativa ser novamente levada a efeito nos períodos de maior afluência de visitantes ao nosso concelho, no sentido de dar a conhecer alguns pormenores que à vista “desarmada” poderão, efetivamente, passar por despercebidos e que fazem parte da nossa história. Referiu ainda, que esta iniciativa poderá, naturalmente, ser levada a efeito nas restantes freguesias do concelho, pelo simples facto de ser bastante rico em toda a sua história. De igual modo, dirigiu as suas felicitações pelo Miniestágio da Big Band numa promoção da Filarmónica da A.E.R.G. e da FILVAR, iniciativa ocorrida de 16 a 20 de abril, a qual culminou com apresentação do trabalho realizado durante o referido período, nomeadamente, nas freguesias de Alvares (sede da Comissão de Melhoramentos de Cortes), Vila Nova do Ceira (Capela da Costeira) e Góis (Casa da Cultura de Góis). Louvou a atitude destes jovens, porquanto disponibilizaram o seu tempo livre ocupando em nome da cultura, pelo que reiterou as suas congratulações a todos quanto se envolveram nesta iniciativa que em muito enriquece Góis. De seguida, manifestou a sua tristeza relativamente a uma notícia publicada sobre a prova realizada nos dias 06 e 07 de abril, em Góis, do Campeonato Europeu de Enduro de 2019, por algumas situações verificadas na mesma as quais são constatações de facto, nomeadamente quando temos uma organização em que os melhores pilotos



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da modalidade estão na vila de Góis, com a movimentação que trouxe nesse fim-de-semana, visível na adjetivação de quem escreveu o artigo em questão, pelo que lhe apraz também dirigir os parabéns ao Góis Moto Clube e a todo o seu exército, voluntários e colaboradores, que têm conseguido que este tipo de eventos atraiam muita gente a Góis, sendo visível uma maior afluência nos estabelecimentos comerciais existentes na vila. Neste sentido, referiu que não ter estado presente ninguém com responsabilidades executivas na entrega dos prémios, sendo que lhe apraz mencionar as palavras na notícia em questão: *“Naturalmente que este “exército” ganhava ainda mais força se tivesse um “general”, nem que fosse somente para entregar os prémios aos vencedores e vencidos no Grande Prémio de Portugal. Este “exército” merecia mais respeito. Quem não aparece nestes grandes eventos, não merece estar onde está. Quem fez tábua rasa do Grande Prémio de Portugal do Europeu de Enduro, que mobilizou em Góis centenas de pessoas em três dias para elevar o nome da vila, também não esta em condições morais para “abandar o capacete” de 30 de maio a 2 de junho durante o Rali de Portugal. Se o fizer, é hipocrisia, pura e dura.”* Referiu perceber a intenção deste artigo, estando plenamente de acordo com as palavras proferidas pela senhora Presidente aquando o discurso na sessão comemorativa do 45º aniversário do 25 abril’74 quando referiu que *“as pessoas têm família”*, o que concorda plenamente, até porque as pessoas não podem estar ao mesmo tempo em vários sítios. Neste sentido, lançou o repto à senhora Presidente da Câmara Municipal que sendo o Executivo constituído por cinco eleitos, aquando a impossibilidade da senhora Presidente e do senhor Vice-Presidente em estarem presentes em alguns eventos poderia ser dirigido convite a um Vereador para representar a Câmara Municipal. Quanto à Rota da EN2, referiu que esta via de comunicação desde a promoção dada à mesma a nível nacional tem tido uma maior afluência de veículos, pelo que apesar de não ser da competência da Câmara Municipal sugeriu a possibilidade de junto da Infraestruturas de Portugal solicitar a reabilitação dos marcos quilométricos dentro do nosso concelho. Referiu ter constatado no Relatório Financeiro da Câmara Municipal que no ano de 2018 se procedeu à requalificação da escadaria de acesso ao Castelo e muros, tendo tido a oportunidade de constatar esse mesmo facto, sendo na sua ótica que deveria ter sido colocada iluminação neste acesso pedonal ao referido espaço de lazer. Referiu a existência de duas habitações na vila em avançado estado de degradação, nomeadamente, na Rua da Misericórdia e na Rua Olinda Ferreira Dias Nogueira, pondo as mesmas em risco a circulação de pessoas e bens, pelo que alertou que caso a Câmara Municipal não tome as devidas diligências junto dos proprietários poderá, eventualmente, em caso de acidente ser chamada à coação. Terminou, referindo que, no dia de hoje, pode visualizar um episódio no Largo Francisco Inácio Dias Nogueira (Largo do Pombal) que o deixou



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

surpreso, i.e., no período pós almoço trabalhadores da Câmara Municipal encontravam-se a colocar no jardim em frente à Capela da Santa Casa da Misericórdia de Góis um memorial do Papa João Paulo II sendo que passado algum tempo estavam a proceder à sua retirada desse mesmo local, pelo que questionou sobre todo este procedimento.-----

----- A senhora Olinda Simões referiu que na sequência do pedido efetuado em anterior sessão deste órgão, aprez-lhe reiterar o mesmo o qual tem a ver com uma estrada existente na aldeia do Esporão que dá acesso ao Carvalhal Miúdo a qual necessita de ser intervencionada fruto da passagem de veículos pesados no âmbito da atividade empresarial florestal. Referiu ser a importante a requalificação da mesma, porquanto iria dar acesso a um conjunto de casas de xisto ali existente sendo esta via a única passagem ali existente, sendo de igual modo importante a sua requalificação numa ótica de combate a incêndios. Referiu a existência de uma habitação no Largo da Capela, no Esporão, em avançado estado de degradação, pondo em risco a circulação nesta via pública. Referiu ter estado presente no concerto "Essa Palavra Liberdade", realizado no dia 24.04.19, na Casa da Cultura de Góis, pelo que felicitou todos quanto participaram no espetáculo pela excelência do mesmo. Ainda no âmbito das comemorações do 25 de abril felicitou a senhora Presidente pela forma arrojada com que dirigiu os pedidos ao senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural no uso da sua palavra na sessão solene.-----

----- O senhor Jaime Garcia referiu que na sequência das palavras da senhora Presidente da Assembleia Municipal aquando mencionou a Comissão de Saúde aprez-lhe informar que, no dia 07.06.19, irá realizar-se a "*Convenção Pensar & Agir - Em Saúde de Proximidade*", no Município de Penela, numa organização do Conselho da Comunidade do ACES PIN, no âmbito da celebração dos 40 anos do SNS. Referiu que integra o Programa dois painéis, um direcionado à descentralização das competências na área da saúde para as autarquias e um outro intitulado a promoção da saúde no ciclo da vida, pelo que é de todo importante esta referência e divulgação para apelar à participação, nomeadamente, porquanto esta Assembleia Municipal está representada no ACES PIN. Referiu saudar o Dr. João Ataíde, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz e do Conselho Executivo da CIM-RC, pela recente nomeação para o cargo de Secretário de Estado do Ambiente. De igual modo, saudou a Associação de Jovens Alvarenses pela inauguração da sua sede numa EB cedida pela Câmara Municipal. Saudou a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis pela nomeação da senhora Patrícia Carvalho como Adjunta de Comando, cujas funções serão de coadjuvar o senhor comandante tendo um papel importante nos desafios permanentes que se colocam ao corpo ativo. Saudou o Góis Moto Clube bem como todos os voluntários que se



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

envolveram na prova realizada em Góis do campeonato Europeu de Enduro, iniciativa desportiva que mereceu rasgados elogios por parte da Federação Internacional de Motociclismo, tendo a sua pessoa integrado o júri e foi um facto evidente por parte não só da própria Federação, como também dos team-managers dos diversos países que estiveram envolvidos. Evidenciou as brutais condições climatéricas que se fizeram sentir ao longo desse fim-de-semana e que foram bastante penalizadoras não somente para a organização, mas também para todos os pilotos e, naturalmente, para quem os estava a assistir. Congratulou a Câmara Municipal pelo desenvolvimento das obras de requalificação da Praça da República e Ruas envolventes as quais têm decorrido a bom ritmo sendo visível anteceder o resultado final, sendo que esta intervenção no centro histórico da vila permitirá renovar a imagem e, ao mesmo tempo, dotar o centro da vila de infraestruturas modernas e adequados áquilo que são as exigências do nosso quotidiano. -----

----- De seguida, referiu que a empresa Transerrano - Aventura, Lazer e Turismo, Lda, foi distinguida pelo IPAMEI e Turismo de Portugal como PME Excelência'18, entidades que destacam os melhores desempenhos em termos nacionais, nomeadamente em termos socio económicos e sócio financeiros sendo um prémio muito relevante, sendo ainda mais pertinente por ser uma empresa do ramo turístico, bem como ser uma empresa do nosso concelho que demonstra muito bem o valor do turismo, exercendo a sua atividade tanto ao nível concelhio, como regional, nacional e internacional, sendo que a sua existência está na génese daquelas que são as potencialidades do concelho de Góis, geradora de emprego e riqueza económica e que atualmente está a avançar com uma unidade hoteleira que será de grande utilidade para o concelho de Góis. À semelhança do que foi proposto, em fevereiro do ano de 2017, pela sua pessoa em sede do órgão deliberativo relativo à Proresina – Produtos Resinosos, Lda, Lugar De Casal De Cima, freguesia de Alvares, que obteve o estatuto de PME Líder e que foi atribuído um Voto de Reconhecimento, propôs a atribuição de um Voto de Reconhecimento à empresa Transerrano - Aventura, Lazer e Turismo, Lda, pela atribuição pelo estatuto de PME de Excelência.-----

----- Prosseguiu, fazendo referência à sessão comemorativa do 45º Aniversario do 25 de abril'74, nomeadamente à presença do senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, bem como os discursos proferidos pelos jovens, Escoteiros, Ex-Combatentes do Ultramar do Concelho de Góis, salientando que por parte da bancada do PS nesta Assembleia Municipal o discurso foi proferido pela jovem Joana Tavares, tendo sido dada oportunidade de afirmação daquele que é o elemento mais jovem deste órgão, sendo um exemplo de cidadania numa sociedade que deve estar sempre atenta e acolher as preocupações e anseios das camadas mais jovens, apesar de



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muitos estranharem o uso da palavra em representação do PS. Ainda sobre os discursos proferidos nesta sessão, referiu ter ouvido todos com atenção, especialmente o da senhora Presidente da Assembleia Municipal, embora na sua ótica se tenha baseado numa ideia de maior utopia por no seu entendimento ser mais ausente e distante da realidade que é o nosso território, seria muito bom se fosse como a senhora Presidente o elencou no uso da palavra. Porém a nossa realidade infelizmente não é essa, temos que melhorar, contudo estamos muito distantes daquilo que seria o ideal, assim como todos os territórios do interior do país mesmo alguns territórios situados nas zonas do litoral. De igual modo, fez referência ao discurso do líder da banca do PSD que é caracterizado, também já não o surpreende, pelo habitual auto elogio bem como com o objetivo de deixar uma imagem negativa do Executivo do PS e sobre todas as outras forças políticas, nomeadamente, os parceiros da coligação desta Assembleia Municipal, o Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, a quem chama forças de bloqueio. Fez também referência ao discurso do líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, Eng.º Diamantino Garcia, que sendo um discurso no seu ponto de vista com sentido, muito bem estruturado e difícil, provavelmente mais fácil pelo facto de não estar escrito, porém também poderá ter uma interpretação como uma “mea culpa” quanto à prática da democracia e da transparência do exercício de cargos públicos, em virtude de ao longo do tempo passou por diversos cargos públicos, realçando que com as suas palavras não está a dirigir quaisquer acusações, mas sim a fazer aquilo que foi proferido no discurso em questão deixar algumas coisas no ar e as coisas são o que são. Ainda sobre os discursos, sugeriu à senhora Presidente da Assembleia Municipal que se pretender fazer publicação do discurso como o fez no passado ano, facto que não comunga, deverão, na sua ótica, todos os discursos proferidos objeto de publicação sendo nessa ótica que se compreende a justeza democrática.-----

----- Fez referência à assembleia da Comunidade Intermunicipal realizada no dia 16.04.19, na qual foi feita uma congratulação ao anterior Presidente do Conselho Executivo, tendo havido a atribuição de um Voto de Louvor pelas funções desempenhadas, o qual foi aprovado por maioria, com três abstenções. Referiu que o representante do Município de Oliveira do Hospital dirigiu um apelo para que se resolva a questão do exercício das competências transferidas pelo Governo Central, uma vez que a Assembleia Municipal de Coimbra votou contra, pelo que irá causar alguns constrangimentos no exercício das suas funções. Referiu que o Presidente em exercício, Dr.º José Carlos Alexandrino, Presidente do Município de Oliveira do Hospital, pronunciou-se sobre esta questão e os procedimentos que têm de ser tomados nesta matéria, respondendo genericamente a algumas questões sobre esta temática. Referiu que nesse mesma reunião foi dado algum enfoque a



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questões ligadas à área do turismo na fase da aprovação de contas, tendo sido prestados os devidos esclarecimentos porquanto existem dúvidas sobre qual é a competência da CIM-RC e da Região de Turismo do Centro quanto às questões ligadas ao sector do turismo, sendo que a explicação dada foi que a CIM-RC gera o produto e não faz a sua promoção, sendo esta da competência da Região Turismo do Centro. Referiu ainda que foi apresentado o projeto “As mulheres e os lugares” é um novo roteiro centrado nas personagens femininas, seus legados históricos ou lendários que se encontram, através dos mapas e das estórias nos municípios que integram a CIM-RC, constituindo-se como um novo produto turístico para explorar nos municípios da CIM Região de Coimbra e vai criar experiências intimistas no que toca às relações do turista com o território, com a natureza, com a população e com as marcas de autenticidade de cada lugar. No que concerne ao Relatório de Gestão e Contas referiu que a CIM-RC teve um grau de execução de 53% havendo uma forte dependência dos Fundos Comunitários, como é do conhecimento geral trata-se de 85% sendo uma dependência visível em todo o país. Quanto a receitas próprias verifica-se a sua inexistência para que possam melhorar o exercício das suas competências e das que venham a ser assumidas no âmbito da transferência de competências.-----

----- Terminou, referindo que irá fazer alusão a um assunto que lhe apraz mencionar, uma vez que esperava que a senhora Presidente quando deu conhecimento do expediente recebido pela Assembleia Municipal tivesse feito referência ao mesmo, pelo que tendo em conta os microfones existentes nesta sala presume que a presente sessão está a ser gravada, tendo a sua pessoa solicitado, anteriormente, a gravação da sessão deste órgão realizada no p.p. dia 07.12.18 no sentido de perceber algumas coisas que se passaram nessa mesma sessão, tendo obtido como resposta que a mesma não seria facultada face às exigências propostas pela lei da proteção de dados. Referiu que tem sido prática a gravação das sessões do órgão deliberativo, comungando com a mesma pelo facto de apoiar que redige a Ata. Porém a Constituição da República Portuguesa refere no artigo 35º, nº1 que “*Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua retificação e atualização (...)*”, sendo um facto que, no seu ponto de vista, está a ser sonogado à sua pessoa um direito, pelo que se algum dos elementos deste órgão solicitar cópia da gravação de uma das sessões da Assembleia Municipal, já ficam a saber que não têm direito à sua cedência. Acrescentou, que a lei quanto à gravação não coloca qualquer questão sobre o seu impedimento, sendo este o ponto de vista da senhora Presidente da Assembleia Municipal, contudo não é a mesma cedida para que possamos ouvir as nossas intervenções nessas gravações, tendo em conta a Lei da Proteção de Dados, quando aquilo que essa mesma lei pretende é exatamente o



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oposto, é salvaguardar os direitos dos dados que estão gravados de cada pessoa.-----

----- O senhor Diamantino Garcia referiu ser seu entendimento que não se está a utilizar convenientemente este período antes da ordem do dia, uma vez que o que deveria ser objeto de explanação de todos eram efetivamente assuntos de interesse para o município, conforme plasma no título em questão. Referiu que exemplo disso é a senhora Presidente elencar um conjunto de iniciativas onde esteve presente não lhe parecendo que dar conhecimento desses factos seja enriquecedor para os elementos deste órgão. Salientou a intervenção do senhor Jaime Garcia quando o mesmo colocou em causa os discursos proferidos na cerimónia comemorativa do 25 de abril, bem como criticá-los, inclusivamente, com uma maldade tremenda referindo uma coligação, quando a mesma já foi objeto de discussão em sede deste órgão, realçando que o que se passa é uma questão de azia a qual se trata com “kompensan”, pelo que seria de bom tom que o mesmo explicasse qual a coligação existente, facto que não consegue compreender. Pelo que quando se fala nisto parece que se quer fazer política baixa num sítio em que nós nos devíamos comportar com um outro tipo de senso. -----

----- De seguida referiu que, mais uma vez, o órgão deliberativo não possuiu a ata da última sessão, tendo passado este assunto da primeira vez, embora percebendo o que é que se passa pela explicação apresentada pelo senhor Francisco Dias a qual se consubstancia na existência de muito trabalho, sendo que desejava ter em sua posse essa mesma ata, uma vez que pretende apresentar um assunto sendo do seu interesse ter conhecimento do que foi plasmado em ata, uma vez que fala de improviso e muitas vezes não sabe o que terá mencionado sobre o assunto. Referiu que tanto quanto se lembra na última sessão fez um requerimento à senhora Presidente da Assembleia Municipal para que averiguasse junto da CCDRC, se entendesse ser necessário, as possíveis incompatibilidades de um elemento desta Assembleia Municipal. Referiu que até à presente data a senhora Presidente da Assembleia Municipal ainda não lhe comunicou qualquer procedimento que tenha realizado sobre o assunto em questão, bem como não procedeu a qualquer esclarecimento no uso da palavra na presente sessão, pelo que questionou sobre o ponto de situação do assunto em questão. -----

----- Referiu que desejava ter conhecimento do ponto de situação em que se encontra a revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), bem como com do processo da instalação de duas unidades da empresa Lusiaves no nosso concelho e também sobre o assalto realizado à Caixa Geral de Depósitos, apesar da informação patente no relatório da atividade económica e financeira da Câmara Municipal entende que caso seja possível se se poderá prestar mais informação sobre todo este processo,



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

salientando que em anterior sessão deste órgão foi mencionada a existência de um seguro, pelo que também desejava ter conhecimento se o mesmo foi acionado. -----

----- O senhor Nuno Alves iniciou a sua intervenção dirigindo as suas felicitações à Câmara Municipal pelo vídeo promocional da etapa em Góis do Rally de Portugal no qual é visível as zonas para que o público possa acompanhar esta iniciativa desportiva ao longo de todo o seu percurso, pelo que crê se o objetivo é manter este evento na nossa região teremos que ter atenção à segurança, sendo que este vídeo identifica as zonas direcionadas ao público sendo de todo importante que se apele à segurança do público para que este evento se prolongue por mais uns anos no nosso território. Referiu que no âmbito da agregação dos municípios para a criação da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., a Ata objeto aprovação na presente reunião fazia referência à possibilidade de instalação de um polo no nosso concelho, pelo que questionou a senhora Presidente da Câmara Municipal qual o ponto de situação deste processo. Referiu que no âmbito da 23ª edição da Feira do Livro de Góis, embora tenha sido dado ênfase a este evento, questionou do porquê da publicitação da sua programação ter sido divulgada somente dois dias antes do ato inaugural. No âmbito do relatório de avaliação do Estatuto do Direito da Oposição o qual legalmente terá que ser entregue até ao final do mês de março, questionou se o mesmo foi cedido à Vereação da Câmara Municipal. No âmbito do projeto de resolução do PSD que recomendava ao Governo a redução de portagens na denominada Autoestrada do Pinhal do Interior (troço da A13 entre o Entroncamento e Coimbra e A13.1 que liga a Condeixa), felicitou pelo mesmo ter sido objeto de aprovação porquanto esta via de comunicação em muito facilita as populações desta região. Seguidamente, prevaleceu-se da oportunidade para dirigir as suas felicitações ao Grupo de Jovens Alvarenses pela inauguração da sua sede, lamentando a ausência da senhora Presidente da Câmara Municipal neste ato inaugural, em virtude de nesse mesmo ato ter sido comunicado que a sua ausência se consubstanciava na nota informativa da Comissão Nacional de Eleições, porquanto a mesma referia que não poderia estar presente em inaugurações. Porém, referiu que posteriormente a esta nota informativa a CNE em 13.03.19, publicou uma outra nota informativa a qual esclarece que os órgãos do Estado e da Administração Pública não estão no desenvolvimento das suas atividades, impedidos quanto à realização ou participação em eventos. De igual modo felicitou o Góis Moto Clube pela realização em Góis da prova de abertura do Campeonato Europeu de Enduro. No âmbito do Orçamento Participativo 2019 dirigiu as suas felicitações a todos quanto o tornaram realidade, à Equipa Técnica e a Todos quanto apresentaram propostas para serem implementadas no nosso território. Porém, referiu não poder deixar passar o facto de a senhora Presidente não ter



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estado presente no ato de apresentação das propostas vencedoras, relembrando que a sua pessoa esteve presente em sede do Executivo na qual foi alterada a data que estava agendada em função dos compromissos da senhora Presidente. Salientou que as suas palavras se consubstanciam no facto de ter sido a 1ª edição do Orçamento Participativo pelo que merecia uma maior importância e uma palavra política de quem gere a Câmara Municipal, lamentando que não tenha sido dado o merecido destaque a esta ferramenta de participação cívica. Ainda no âmbito do Orçamento Participativo referiu ser do seu conhecimento que a Câmara Municipal aprovou a proposta de Alteração do Regulamento Orçamento Participativo de Góis pelo que questionou qual o ponto de situação deste procedimento, em virtude de ter apresentado algumas propostas. No âmbito da deslocação da comitiva da CIM-RC a França para avaliar a descentralização de competências a par com os seus impactos e dificuldades, nomeadamente nas áreas de turismo, atração de investimento, urbanismo, energia ou combate às alterações climáticas, lamentou pelo facto de a Câmara Municipal de Góis não tivesse sido representada no sentido de haver uma troca de experiências e informação por forma a que se tenha conhecimento de algumas estratégias válidas a ser postas em prática na nossa região. No âmbito da sessão comemorativa do 45º Aniversário do 25 de abril referiu que o discurso proferido na cerimónia teve a sua lógica sendo comum as preocupações de todas as bancadas, tendo percebido o facto de o líder do PS ter cedido o seu lugar a um outro elemento, realçando que estando de fora é mais fácil comentar e ter interpretações dos discursos dos demais.-----

----- A senhora Olinda Simões questionou a senhora Presidente da Câmara Municipal se no âmbito da passagem do Rally de Portugal em Góis irá existir algum procedimento concursal para a instalação de venda ambulante de bebidas e comida.-----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, na sequência das questões apresentadas à sua pessoa, apraz-lhe informar que relativamente à questão apresentada pelo senhor Jaime Garcia relativa à publicação no passado ano do discurso por si proferido na cerimónia comemorativa do 44º aniversário do 25 de abril no jornal O Varzeense, única e simplesmente, se deve ao facto deste órgão de comunicação social o ter solicitado para esse mesmo efeito. Referiu que quanto ao discurso do presente ano ainda o mesmo não foi solicitado pelo citado órgão de comunicação social, tendo apenas a Comarca de Arganil solicitado pelo que teve como princípio fazê-lo no sentido da posição que representa neste Órgão. Relativamente ao requerimento apresentado sobre a cedência da gravação da sessão da Assembleia Municipal de 07.12.18., referiu que remeteu resposta à requisição apresentada, pelo que passou a citar *“Tem sido prática ocorrer a gravação áudio das sessões da Assembleia Municipal de Góis por parte do funcionário que secretaria as mesmas*



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com vista auxiliar a posterior elaboração das respetivas atas e aferir de qualquer dúvida que se coloque antes da respetiva aprovação. Também é prática que cada gravação áudio é destruída pelo funcionário imediatamente após a aprovação da ata da reunião da Assembleia Municipal a que respeita. A lei é omissa com respeito às gravações áudio das Assembleias Municipais sendo que não o impede. O Regimento da Assembleia Municipal de Góis é igualmente omissa com respeito à gravação áudio das suas sessões. Não obstante que sejam públicas as sessões da Assembleia Municipal é nosso entendimento que na falta de regulamentação específica, no Regimento da Assembleia Municipal de Góis e em face das exigências impostas pela Lei da Proteção de Dados não deve ser deferida a disponibilização integral da gravação áudio da sessão da Assembleia Municipal realizada em 07.12.18, sendo que ainda não foi concluída a elaboração da ata respetiva e que apenas irá a aprovação na próxima Assembleia Municipal ordinária. Obviamente que se impõe proceder a alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Góis de forma a regulamentar a matéria em causa o que desde já me comprometo diligenciar nesse sentido.” Referiu que foi este o seu sentido de resposta, realçando que, pessoalmente, fez a indagação sobre esta matéria, analisou pareceres da CCDRC, bem como estudos dogmáticos, tendo concluído que as assembleias municipais são gravadas sendo uma prática, contudo não se trata de um procedimento que está devidamente legitimado no Regimento deste órgão. Acresce, a esta situação que a Lei de Proteção de Dados impõe cautela que a todos responsabiliza, nomeadamente à sua pessoa enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Acrescentou, que a conclusão do estudo por si efetuado sobre a matéria em causa entende que deverá ser realizada uma alteração ao Regimento relativamente a esta matéria de forma a que seja prevista a gravação das assembleias municipais, bem como a finalidade das gravações e qual a sua manutenção e conservação, regulamentando tudo o que diz respeito exatamente às gravações.-----

----- Dada a palavra, o senhor Jaime Garcia referiu que sobre o discurso da senhora Presidente da Assembleia Municipal publicado no passado ano a informação ora prestada está incompleta, uma vez na altura foi colocada a questão se essa publicitação tinha sido paga a custo pela Assembleia Municipal tendo a resposta sido afirmativa.-----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, efetivamente, o procedimento que tomou foi de facultar o seu discurso ao jornal por solicitação do mesmo, porém poderá a publicação ter sido objeto de pagamento, não tendo presente se procedeu ao seu pagamento, pelo que poderá efetivamente diligenciar no sentido de ter conhecimento. Referiu que a questão do senhor Jaime Garcia é no sentido de interesse se a publicação foi paga irá naturalmente confirmar, realçando não negar se o proferiu não querendo colocar em causa as palavras mencionadas pelo



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor Jaime Garcia, pelo que oportunamente prestará os devidos esclarecimentos.-----

----- Dada a palavra, o senhor Jaime Garcia referiu que relativamente à questão da gravação a proteção de dados entende que está a ser feita uma interpretação que não será a correta, i.e., a proteção de dados é proteger relativamente à gravação e o testemunho, sendo para ressaltar os direitos sobre a gravação de quem está a ser feito esse registo, não sendo o contrário, i.e., não é de quem está a ser feito o registo depois não pode ouvir o que ficou gravado da sua própria voz, sendo isto exatamente o contrário.-----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a questão é que a gravação tem uma multiplicidade de intervenções pessoais, envolvendo de facto a imanência pessoal de muita gente, sendo que uma mera expressão que ao surgir inusitadamente na gravação, mas que surge e que seja imputada a determinada pessoa e que essa pessoa tenha todo o direito de salvaguardar. Referiu que a Lei de Proteção de Dados a todos tem suscitado muitas reservas, muitas cautelas e necessidade de alteração aos Regimentos, Regulamentos e outros Documentos de forma a salvaguardar o imposto pela mesma, sendo uma evidência que se impõe que não nos podemos alhear à mesma. Acrescentou que é uma lei muito específica e abrangente ao nível da intimidação ao nível da intimidade e da imanência das pessoas.-----

----- Dada a palavra, o senhor Jaime Garcia referiu que será importante para todas as pessoas, nomeadamente para esta Assembleia Municipal que haja clarificação relativamente a essas matérias para que não haja várias interpretações, pelo que solicitou que não haja esquecimento do artigo da Constituição lido pela sua pessoa.-----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o artigo da Constituição que o senhor Jaime Garcia leu refere-se a dados informatizados, questionando se se pode considerar se há propriamente dados informatizados na medida em que as gravações não têm cabimento no Regimento, pelo que para nos tranquilizar a todos a sua livre audição entende que, primeiramente, há que colmatar essa lacuna em termos de Regimento da Assembleia Municipal. Acrescentou que irá propor uma alteração ao Regimento nessa matéria e em outras que se evidenciar oportunas.-----

----- Dada a palavra, o senhor Jaime Garcia referiu ser importante perceber estas matérias uma vez que anteriormente não foi negada a gravação sendo que presentemente a mesma foi negada.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que aquando facultou a gravação a quem lhe dirigiu o requerimento para o efeito, foi por si dadas indicações para apenas ser facultada a respetiva intervenção aos representantes dos grupos municipais. -----

----- De seguida, colocou à votação o Voto de Reconhecimento à empresa Transerrano -



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aventura, Lazer e Turismo, Lda pela atribuição pelo estatuto de PME de Excelência.-----

----- Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- Relativamente às questões colocadas pelo senhor Diamantino Garcia, apraz-lhe mencionar que quanto à sua exposição de eventos nos quais esteve presente não o faz com sentido de protagonismo pessoal, mas com sentido de responsabilidade do que é o seu desempenho institucional no sentido de dar o registo à Assembleia Municipal de conhecimento e de reconhecimento dos eventos. Relativamente à falta da Ata da última sessão renovou as palavras por si mencionadas no princípio da presente sessão, onde reconheceu o esplêndido mérito que o senhor Francisco Dias apresentou e que muito a ajudou no exercício das suas funções com Presidente da Assembleia Municipal, pelo que o documento foi colocado na Ordem do Dia para aprovação pelo facto de impossibilidade de trabalho, sendo esse o sentido do despacho da senhora Presidente da Câmara Municipal para substituição pela funcionária Liliana Pinto, sendo que está justificado e compreendido o porquê de a Ata não ser do dia de hoje objeto de aprovação. Relativamente à solicitação de requerimento à CCDRC referiu lamentar não ter cumprido conforme cumpriu de forma célere com outros requerimentos. Porém, referiu que tal facto aconteceu pelo seu sentido de seriedade e responsabilidade que entende que deve cumprir da diligência que foi requerida, pelo que referiu que o assunto não está esquecido, sendo seu sentido de propósito de dar cumprimento ao requerimento apresentado. -----

----- Dada a palavra, o senhor Diamantino Garcia referiu que a sua questão relativamente à Ata não incide sobre o trabalho do senhor Francisco Dias, uma vez que fez um excelente trabalho. Apenas questionou sobre a Ata, por entender que a mesma deve ser remetida pela senhora Presidente da Assembleia Municipal para aprovação na seguinte sessão ordinária do órgão deliberativo, pelo que quem está em falta não é o senhor Francisco Dias, mas sim a senhora Presidente da Assembleia Municipal. Em relação aos eventos em que a senhora Presidente da Assembleia Municipal esteve presente, referiu que não é da sua conta, tendo feito alusão a este assunto uma vez que entende que no ponto em que se discute assuntos de interesse para o município deverá efetivamente ser esse o objetivo, assuntos de interesse para o município e não outros assuntos que não têm qualquer interesse. Salientou que a explanação de alguns assuntos é somente para desgastar tempo que depois “falta” para a discussão de outros assuntos, lembrando que o Regimento da Assembleia Municipal refere que neste ponto é dado cinco minutos para apresentação de assuntos, tendo a senhora Presidente da Câmara Municipal dez minutos para uso da palavra no sentido de dar resposta às questões diretamente colocadas à Câmara Municipal. Sendo



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se antes do período do dia os elementos da Assembleia Municipal falarem durante duas horas, será impossível a senhora Presidente da Câmara Municipal responder em dez minutos a todas as questões colocadas. -----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que ao elencar algumas iniciativas em que esteve presente fá-lo para que o órgão deliberativo tenha conhecimento institucional das iniciativas levadas a efeito e para as quais foi convidada na qualidade de Presidente deste órgão. De seguida, deu a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre as questões colocadas. -----

----- A senhora Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção referindo estar cansada das *fake news*, sendo que isto começa a tomar proporções gravíssimas no nosso concelho, pelo que solicitou à senhora Presidente da Assembleia Municipal que tem conhecimento que no seu sentido de respeito na condução dos trabalhos, aceite o seu modesto contributo. Primeiro, referiu que o senhor Francisco Dias saiu temporariamente destas funções de secretário da Assembleia Municipal, não somente apenas por ter excesso de trabalho, porque todos nós temos muito trabalho, contudo no exercício das suas funções enquanto A.T. da Câmara Municipal tem à sua responsabilidade a contratação pública estando a mesma há muito tempo em atraso, bem como no presente ano há dois atos eleitorais e por sua designação o trabalhador tem de facto um acréscimo de trabalho relativamente aos dois atos eleitorais (Europeias e Legislativas) em virtude de ser a pessoa que sempre exerceu funções neste âmbito. Contudo, referiu que se a senhora Presidente da Assembleia Municipal entender que o órgão deliberativo tenha um trabalhador em exclusividade nomeará uma pessoa para esse mesmo efeito. Em relação ao projeto Residências Artísticas referiu que na apresentação do trabalho realizado com os alunos do 3º ano do Agrupamento de Escolas de Góis, este presente a senhora Secretária de Estado da Cultura, o senhor Adjunto do senhor Secretário de Estado da Educação, o senhor Chefe de Gabinete do senhor Secretário de Estado para a Valorização do Interior. Em relação à doação de veículos à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis referiu a inexistência de ambulância doada pelo Góis Moto Clube, existindo uma ambulância que foi comprada com um donativo de dez mil euros que resultou da bilheteira, cujo espetáculo foi oferecido pela Câmara Municipal no primeiro dia da Concentração Mototurística e que resultou num valor acima dos sete mil euros, sendo que o Góis Moto Clube generosamente doou o restante montante para perfazer os dez mil euros. Acrescentou, que o referido veículo não foi adquirido pelo valor de dez mil euros, tendo a Câmara Municipal contribuído com um apoio significativo, sendo que houve um conjunto de entidades locais que se associaram para que esta aquisição fosse possível.



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quando sugeriu ao senhor Presidente da Junta de freguesia de Vila Nova do Ceira na sessão solene comemorativa do 45º aniversário do 25 de abril a criação de uma Associação de Juventude na freguesia que preside, proposta também dirigida ao senhor Presidente da União das Freguesias de Cadafaz e do Colmeal, porém poder-se-ia criar uma Associação de Juventude do Concelho de Góis. Quanto à Rua da Lomba em Vila Nova do Ceira referiu se existe consumo de energia elétrica que não se justifica irá tomar os devidos procedimentos necessários para que se tome um procedimento relativo a esta questão. Quanto ao procedimento concursal para a requalificação das Rua das Figueirinhas referiu que o mesmo não foi autorizado em sede do Executivo, em virtude de o valor afeto ao mesmo não atingir um montante que careça da aprovação da Câmara Municipal, sendo da sua competência essa mesma autorização. Porém, foi seu princípio levar o assunto à Câmara Municipal para que todo o Executivo tivesse informação relativa ao procedimento em causa. Ainda sobre esta requalificação, referiu que foi integrada na mesma a Rua do Canto, realçando que a Rua das Figueirinhas irá ter somente sentido único, destacando que quanto à outra ainda não tem conhecimento se terá sentido único, porém os técnicos da Câmara Municipal irão pronunciar-se sobre este assunto. Quanto ao ponto de situação do Parque Municipal referiu que de tudo fará para que a deslocalização dos serviços municipais se faça paulatinamente, porquanto a Câmara Municipal não tem condições para proceder à mudança total dos serviços. Relembrou o compromisso com Centro Social Rocha Barros que remonta ao ano de 2002 na cedência do terreno municipal onde funciona os estaleiros da Câmara Municipal. Referiu ainda que houve uma situação que condicionou o desenvolvimento do processo relativo ao Parque Municipal referente ao hidropressor a colocar neste equipamento, tendo para o efeito prestado os devidos esclarecimentos, pelo que após colocação deste aparelho será solicitada vistoria às instalações para que seja realizada a deslocalização de alguns serviços, sendo que a Câmara Municipal terá que adquirir equipamento para apetrechar este espaço o qual terá de ser adquirido de forma faseada. Porém, referiu que já tomou algumas démarches junto do senhor Secretário das Autarquias Locais, bem como junto da CCDRC sobre a possibilidade de celebração contrato programa, sendo que esgota todas as possibilidades para ficar o menos oneroso à Câmara Municipal. Quanto à FLORESTGAL referiu ter estado da cerimónia de inauguração, em Figueiró dos Vinhos, realçando que o concelho de Góis foi um dos primeiros que reuniu com a FLORESTGAL na qual foi apresentada a empresa senda a primeira empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal a ser criada em Portugal a qual se assume como um instrumento de política pública que irá intervir no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento florestal e do ordenamento do território. Referiu que a empresa pretende



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estimular a agregação de parcelas de terras em áreas florestais onde impera o minifúndio, por forma a aumentar a dimensão média das explorações para patamares que as tornem ambientalmente sustentáveis e económica e financeiramente viáveis no sentido de existir um melhor ordenamento da floresta, tendo sido lançado o desafio à Câmara Municipal para a Oitava. Referiu que o trabalho está a ser articulado como GTF da Câmara Municipal, que já realizou parte do trabalho com os particulares com uma área superior a 100 Hectares, bem com as freguesias do concelho para adesão à empresa, a Cooperativa Social e Agro-Florestal de Vila Nova do Ceira e as Direções dos Compartes. Quanto ao agravamento do IMI para os prédios devolutos subscreve a sugestão do senhor Victor Duarte pelo que irá dar indicações aos serviços da DAG para que elabore uma proposta para o ano de 2020. Quanto à estrada de Cacilhas, referiu que efetivamente necessita de ser intervencionada pelo que se, presentemente, a Câmara Municipal não reunir condições para que seja feita a rede de águas, saneamento e a respetiva pavimentação, deverá efetivamente proceder às intervenções necessárias para se poder circular nesta via, subscrevendo as palavras relativamente ao Camelinho, uma vez que recentemente teve a oportunidade de circular nesta via, realçando a existência de algumas vias em todo o concelho que necessitam de ser intervencionadas. Quanto à questão relativa a que Góis é o único concelho da CIM-RC que o limite do financiamento vai até cinco milhões de euros no âmbito do Programa de Apoio ao Interior referiu que, atualmente, não dispõe de informação para proceder aos esclarecimentos pelo que quando possuir a mesma prestará às respetivas explicações. Quanto à questão da visita de uma comitiva da CIM-RC a França, mencionou a sua satisfação pela preocupação demonstrada pelo que referiu que irá proporcionar a todos os autarcas do concelho uma ida a Nogent-sur-Marne para suprir a sua ausência, em virtude desta região ser um *ex libris* para que se aprenda como se inverte a tendência demográfica e, pela preocupação manifestada por várias pessoas pela sua ausência, apraz-lhe mencionar que reunimos todas as condições para visitarmos a região. Ainda sobre este assunto, referiu que também foi interpelada na reunião da Câmara Municipal, tendo dado como resposta que na ausência do senhor Vice Presidente por se encontrar em gozo de férias não poderia a sua pessoa ausentar-se, salientando que se tratava da semana de remeter ao Executivo os documentos para a reunião da Câmara Municipal, sendo um dos assunto a Prestação de Contas/Ano 2018, documento esse que lhe foi facultado no final da tarde de terça-feira, pelo que não reunia condições para que estivesse às 11.00 horas do dia seguinte no aeroporto para seguir viagem, uma vez que teria que analisar o documento, pelo que foi sua opção não integrar a referida comitiva. Porém, referiu ter tomado todas as démarches possíveis para que a Câmara Municipal se representasse por uma outra pessoa, tendo



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obtido como resposta dessa mesma impossibilidade, uma vez que os bilhetes de avião já se encontravam emitidos não podendo os mesmos ser substituídos. Quanto aos procedimentos a tomar relativamente para apoio à destruição dos ninhos da vespa velutina referiu que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura para esse efeito não tendo até à data rececionada qualquer informação sobre a sua aprovação. Quanto ao projeto que ganhou o Orçamento Participativo Geral 2019, “Kit de Fitness e letras VNCEIRA” a ser instalado na Praia Fluvial das Canaveias, referiu que se houver condições financeiras será instalado antes da época balnear. Quanto ao Largo e às calçadas da Cabreira referiu que atendendo ao projeto a Câmara Municipal por si só não tem condições para realizar o investimento total numa só empreitada, salientando que caso haja ajuda do Conselho Diretivo dos Compartes ou da União das Freguesias será bem mais fácil, pelo que se não tivermos qualquer tipo de apoio a empreitada terá que ser dívida por dois anos. Porém, referiu que no orçamento municipal existe um valor associado a esse investimento, pelo que poderá ser dada prioridade à rua principal, pelo que solicitou ao senhor Vice-Presidente para que fosse dada prioridade a este assunto junto da DGUPA. Quanto ao Rebanho da Serra do Rabadão referiu a existência de alguns pedidos, pelo que naquilo em que a Câmara Municipal puder colaborar fá-lo-á, sendo um investimento meritório, sendo que na última reunião do órgão executivo foi aprovado dar início ao procedimento para a criação de um Regulamento de Incentivos à Promoção do Empreendedorismo, do Investimento e Criação de Empresas no Concelho Góis com o intuito de regulamentar os apoios a serem cedidos nesta matéria. Quanto ao projeto Rio Ceira – A História, o Ambiente e as Populações – Recuperação de Infraestruturas Verdes, sensibilização para as Alterações Climáticas e Redução da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas na Bacia Hidrográfica do Rio Ceira, referiu que se trata de um projeto patrocinado pelo Fundo Norueguês, pelo que os concelhos do Vale do Ceira têm de se juntar para que este processo seja retomado, inclusive solicitar uma audiência ao novo Secretário de Estado do Ambiente, para que fique por dentro daquele que é o compromisso da Secretaria de Estado do Ambiente. Quanto à lagarta do pinheiro referiu que o site no ICNF tem informação sobre esta matéria, cabendo à Câmara Municipal intervir naquilo que é sua propriedade ou em pinheiros que se encontram no espaço público, cabendo aos particulares agirem naquelas que são as suas propriedades. Quanto às palavras citadas pelo senhor Luís Dias, relativamente à nota de imprensa sobre a prova do Campeonato Europeu de Enduro mencionou não lhe reconhecer moral, nem legitimidade nenhuma para a atacar da forma que o fez. Referiu que julgou que estava triste pelas ofensas que fizeram à sua pessoa, porém a sua tristeza é outra, congratulou-se pelo insulto. Contudo, referiu que a sua ausência se deve ao facto de ter havido um falecimento de um seu



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

familiar, pelo que não reunindo condições para estar presente na hora marcada para a entrega dos prémios solicitou ao senhor Nuno Lopes para representar a Câmara Municipal, salientando que não merecia o mesmo ter sido insultado publicamente por um dirigente do Góis Moto Clube por ter ido representar a Câmara Municipal, sendo também do conhecimento de duas pessoas do Góis Moto Clube o motivo da sua ausência. Ainda sobre essa notícia, referiu que a mesma não tem autor não reconhecendo legitimidade a ninguém que a ataque sem rosto, vendo-se perfeitamente que a notícia foi encomendada, sendo que se a mesma não o fosse encomendada teria na mesma sido contemplada o investimento realizado pela Câmara Municipal nessa prova e lamentando a ausência da Presidente da Câmara Municipal. Ainda sobre presenças de entidades em eventos, referiu que a Câmara Municipal sempre que dirige convites às entidades concelhias também o faz ao Góis Moto Clube, não tendo nunca recebido qualquer tipo de comunicação sobre a não presença desta entidade no evento, bem como o respetivo agradecimento. Ainda sobre a prova do Campeonato Europeu de Enduro referiu que durante três semanas andou a máquina da ADESA na Carvalhinha, a par com doze mil euros em estacas, para no fim o agradecimento ter sido insulto à Presidente da Câmara Municipal com uma notícia manipulada. Prevaleceu-se da oportunidade para dizer aos vindouros que não se deixem arrastar por isto, sendo que Góis não irá a lugar nenhum com este tipo de insultos, porque ao insultarem a Presidente da Câmara Municipal insultam também o concelho. Quanto à Rota da EN 2 referiu que a Associação está a trabalhar com Infraestruturas de Portugal para que se possam pintar os marcos e melhorar todo o percurso desta mesma rota. Quanto ao acesso ao Castelo e a melhorar a rede de iluminação pública no seu percurso, referiu que registou a proposta. Quanto à habitação que se encontra em avançado estado de degradação, na Rua Olinda Ferreira Dias Nogueira, referiu que de facto é insuficiente a colocação de fitas sinaléticas de perigo, sendo que a Câmara Municipal terá que tomar os devidos procedimentos junto do seu proprietário, assim como a existente na Rua da Misericórdia. Quanto ao “memorial” do Papa João Paulo II, referiu que não tem conhecimento do que é que o senhor Luís Dias se quis referir. Referiu que em sede o Executivo, uma munícipe, no uso da palavra no Público, questionou da possibilidade de deslocalizar a estátua do Papa João Paulo II da autoria do senhor José Ferreira, para ao jardim em frente à Capela da Santa Casa da Misericórdia de Góis no Largo Francisco Inácio Dias Nogueira (Largo do Pombal). Referiu que quando se criou na vila a Praça denominada de Teófilo de Braga foi determinado pela Câmara Municipal na Presidência do saudoso José Girão Vitorino que a escultura seria colocada naquele jardim público, pelo que entende que deve esse feito ser respeitado. Referiu ainda, que em tempos foi proposto a deslocalização da referida estátua para junto da Capela do Mártir tendo a Câmara Municipal tomado os devidos



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procedimentos junto da DRCC tendo a resposta sido negativa por este imóvel ter a classificação de IIP – Imóvel de Interesse Público. Ainda sobre este assunto, referiu que em sede do Executivo mencionou que o Largo do Pombal está inserido no centro histórico pelo que terá que se solicitar parecer à Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC), sendo que pela informação que possui esse mesmo pedido ainda não foi efetuado, desconhecendo o porquê dos trabalhadores da Câmara Municipal terem procedido à deslocalização sem terem ordem da sua pessoa para esse mesmo efeito. Quanto à habitação em estado de degradação em Esporão, referiu que irá tomar os devidos procedimentos junto dos serviços municipais para que procedam às diligências necessárias, assim como no que concerne ao estradão. Quanto ao ponto de situação do PDM referiu que a revisão ao documento está a decorrer a bom ritmo, estando a monitorizar todo este processo o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo ocorrido uma reunião com todo o Executivo, havendo posteriormente um período de discussão pública, pelo que solicitou a colaboração de todos, nomeadamente das Juntas de Freguesia. Quanto ao processo da Lusiaves, referiu que o mesmo se encontra com a senhora Arq.^a Marina Pais porquanto estavam em falta alguns documentos para ser apreciado. Quanto ao processo relativo ao furto à C.G.D., referiu que no âmbito da proteção de dados junto da senhora Presidente Assembleia Municipal está totalmente disponível para prestar toda a informação, solicitando que a transmitisse a quem lhe questionou, salientando que o processo não se encontra estagnado tendo sido solicitado ao Conselho de Administração da Instituição de Crédito que receba a Câmara Municipal e o senhor Consultor Jurídico para apresentação de questões sobre este assunto. Ainda sobre este assunto, referiu a existência de um seguro relativo ao património da Câmara Municipal, tendo sido dadas indicações por parte do senhor Consultor Jurídico que seria prematuro acionar o seguro, sendo que primeiramente deveriam ser tomadas outras démarches. Quanto à criação de um polo em Góis no âmbito da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., referiu que a melhor indicação para a instalação do mesmo seria na Zona Industrial de Cortes, tendo apresentado com se procedeu a todo este processo, existindo um handicap para que o nosso concelho não seja o escolhido porquanto não tem uma área coberta, fator condicionante para a escolha recair em Góis. Quanto à publicitação do programa relativo à Feira do Livro ter sido realizada dois dias antes do início deste certame, referiu que viabilizou todo o programa atempadamente, tal como o fez para as comemorações do 45º aniversário do 25 de abril, tendo havido tempo suficiente para a divulgação dos eventos, sendo um facto que, sistematicamente, a publicitação dada aos eventos sai para a rua tardiamente. Quanto ao relatório do Estatuto de Direito da Oposição referiu já ter sido interpelada pelo mesmo pelo senhor



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vereador do PSD, referindo estar em incumprimento, sabendo que o deveria ter entregue ao Executivo até ao dia 31.03.19, pelo que irá proceder à sua entrega assim que os serviços o entregarem à sua pessoa. Quanto ao Regulamento do Orçamento Participativo, referiu não ter sido feita qualquer revisão ao documento, mas sim uma alteração sendo que, presentemente, está a seguir os trâmites legais. Quanto à questão sobre a existência de procedimento concursal para efeitos de instalação de venda ambulante de bebidas e comida referiu que não irá existir qualquer procedimento para o efeito, apenas é intenção da Câmara Municipal o alargamento excecional do horário por 24 horas, entre os dias 30 e 31 de maio, no âmbito da etapa do Rally de Portugal em Góis. Quanto à sua ausência na inauguração da sede dos Jovens Alvarenses referiu que apenas se consubstanciou na nota informativa da CNE, facto que lamenta, uma vez que desconhecia a nota informativa publicitada posteriormente, realçando que se congratula pelas palavras de agradecimento dirigidas à Câmara Municipal pelo jovem Carlos Rafael, Presidente desta coletividade. Quanto à sua ausência na apresentação dos projetos vencedores no Orçamento Participativo 2019, referiu que no dia em que o Executivo decidiu alterar a hora, a mesma não foi modificada para a Presidente da Câmara Municipal estar presente, mas simplesmente pelo facto de nesse mesmo dia existirem várias assembleias gerais de instituições e esse facto limitava a presença das pessoas. Referiu não ter sido por si que a hora foi alterada, tendo tido o cuidado de mencionar se em algum momento derem pela ausência da Presidente da Câmara Municipal é única e exclusivamente pelo facto de ter outros compromissos. Referiu reconhecer que a Câmara Municipal tem de estar presente, porém não se esgota na sua pessoa, nem no senhor Vice Presidente, pelo que na última reunião do órgão executivo lançou o desafio ao senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues que quando a sua pessoa não puder estar a representação da Câmara Municipal far-se-á representar pelo senhor Vereador e quando não puder estar presente dirige o convite a um outro Vereador para que a Câmara Municipal seja representada.-----

----- Dada a palavra o senhor Luís Dias, referiu desejar usar da palavra em defesa da honra relativamente às palavras dirigidas pela senhora Presidente face à sua intervenção no uso da palavra. Referiu que jamais em qualquer instituição em que esteve e espera estar jamais utilizará referências a título pessoal, até porque não confunde pessoas com instituições. Referiu que a noticia que citou estava devidamente identificada, não sendo anónima, e teve o cuidado de ver aquilo que citou não viu qualquer referência a título pessoal, mas sim à Câmara Municipal, até porque não estando presente no evento teve o cuidado questionar quem representou a Câmara Municipal na cerimónia de entrega de prémios no evento desportivo, tendo por essa pessoa estima pessoal e de amizade de



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

longa data. Pelo que a sua observação foi no sentido em que a Câmara Municipal não se esgota na pessoa da senhora Presidente, por quem tem consideração pessoal, não confundido as situações, pelo que sendo membro desta Assembleia Municipal é seu entendimento que deve ser na sessão deste órgão que deve falar dos assuntos, tal como o fez relativamente à questão do Enduro e do episódio que mencionou ter visualizado no Largo do Pombal. Pelo que com as explicações prestadas pela senhora Presidente da Câmara Municipal sobre os referidos assuntos poderá efetivamente prestar os esclarecimentos que correspondem à verdade. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Não havendo quaisquer outras intervenções, a senhora Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

----- **1** – Lei nº 50/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais / Transferência de competências para o Município de Góis / Ratificação;-----

----- **2** – Prestação de contas / Ano de 2018;-----

----- **3** – Relatório de Auditoria, Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas / Ano de 2018;-----

----- **4** – 1ª Revisão ao orçamento / Ano de 2019;-----

----- **5** – 1ª Revisão às GOP / Ano de 2019;-----

----- **6** – Relatório da atividade económica e financeira da Câmara Municipal.-----

----- **1 – LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO – LEI-QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS/TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DE GÓIS/RATIFICAÇÃO;**-----

----- Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária de 26.03.19, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

----- A senhora Presidente da Assembleia referiu que esta transferência respeita em particular aos domínios da Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos e o domínio da Cultura, pelo que face à necessidade de cumprir prazos de resposta que dever-se-iam cumprir até ao dia 01.04.19 e os consequentes procedimentos até ao dia 30.04.19. Neste sentido, referiu que a Câmara Municipal antecipou a deliberação no sentido de, presentemente, temos a ratificação da deliberação



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tomada em sede de Executivo. Referiu que consta no parcelar do Executivo que, pese embora de considerar que as áreas em questão são exemplos de reforço e exemplos do reforço e aprofundamento da autonomia local, apresentando um modelo de transformação de funcionamento do Estado e aproximação aos cidadãos e às empresas considera que, pela sua natureza, complexidade e pela tipologia de recursos que envolvem (humanos e financeiros), importa manter, pelo menos por enquanto, na esfera da administração central, sendo esta a tomada de decisão da senhora Presidente da Câmara Municipal. Referiu que, com base nos fundamentos e constrangimentos apresentados pela senhora Presidente a Câmara deliberou, por unanimidade: -----

----- 1. Não aceitar a transferência de competências para o Município nos domínios de Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos (artigos 24º e 25º da Lei nº50/2018, de 16 de agosto); ---

----- 2. Não aceitar a transferência de competências para o Município no domínio da Cultura (artigo 15º da Lei nº50/2018, de 16 de agosto). -----

----- 3. Comunicar à DGAL, dentro dos prazos estabelecidos no nº3, do artigo 21º do Decreto-Lei nº20/2019, de 30 de janeiro e nº 3 do artigo 12º do Decreto-Lei nº22/2019, de 30 de janeiro, a não aceitação da transferência de competências para o Município nos domínios de Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos e no domínio da Cultura.-----

----- 4. Mais deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para ratificação, conforme o artigo 164º do Código do Procedimentos Administrativo, considerando o imperativo legal de cumprir com o prazo estipulado para efeitos de comunicação à DGAL, evitando-se assim, a aceitação “tácita” das aludidas competências.-----

----- Mais referiu que a presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- Usou da palavra o senhor Manuel Gama questionando sobre o período de aceitação tácita questão a que a senhora Presidente da Assembleia Municipal respondeu que se trata de um prazo fixado para responder.-----

----- Usou da palavra o senhor Jaime Garcia referindo que, anteriormente, em outras transferências de competências a decisão foi favorável, sendo que desta vez a deliberação do Executivo foi unânime em não aceitar a transferências das referidas competências, pelo que se de igual forma houve esta decisão por se entender que, possivelmente, terá sido essa uma das razões que o volume de competências trará algumas beneficências por esse ponto de vista. Referiu que na questão da Proteção e Saúde Animal com certeza que haverá muitas tarefas e meios a acautelar, bem como na segurança dos alimentos, sendo que na Cultura não tem a certeza, mas fará sentido a deliberação tomada no sentido de atrasar esta transferência de competências.-----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento e, deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação do Executivo.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS / ANO DE 2018**-----

----- Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária de 09.04.19, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

----- Interveio o senhor Manuel Gama referindo que pela primeira vez que nota alguma preocupação e até algum “pessimismo” no texto que serve de suporte à deliberação tomada pelo Executivo. Referiu haver dois momentos particularmente importantes na vida autárquica, que é a aprovação dos Documentos Previsionais e a Prestação de Contas, pelo que se se ler com atenção as palavras proferidas pelo Executivo principalmente as da senhora Presidente da Câmara Municipal, é um facto do conhecimento que tem sobre as suas posições é pela primeira vez que nota algum pessimismo. Referiu que na discussão do ponto anterior e pelo que assistiu no discurso do 25 de abril, pôde constatar que pelas suas palavras que Góis também tem pessoas, sendo que o que está em causa são as pessoas e não os números, pelo que esta situação terá que ser invertida. Referiu que, anualmente, quando são aprovados os Documentos Previsionais empolamos os montantes para que seja permitido termos uma maior margem de manobra para a execução dos investimentos. Referiu que uma das preocupações patentes do documento em apreço é que se a Câmara Municipal não gastar abaixo de um determinado limite pode ser penalizada, sendo um facto motivo de preocupação, pelo que tem de ser tido em linha de conta. Referiu, que deverá ser também tida em atenção a noção da realidade, bem como os factos passados ao longo de alguns anos a esta parte relativo à história autárquica no nosso concelho. Acrescentou que, eventualmente, poderá ser “acusado” de não ter muita disponibilidade para se dedicar ao concelho, sendo um facto que corresponde à verdade devido à sua atividade profissional, porém referiu que deveria estar mais atento e ser mais interventivo na vida política do concelho, uma vez que começam a surgir algumas luzes de alerta que o nosso concelho possa vir a ter problemas, facto que a todos deve preocupar. Referiu que a senhora Presidente mencionou que *“o resultado obtido não foi devido à falta de empenho da sua parte”*, entendendo que todos devemos estar empenhados em fazer mais pelo nosso concelho, pelo que as coisas são particularmente iguais entre nós, com mais ou menos nuances, mais ou menos dialética, tendo a Presidente da Câmara Municipal mencionado mais vezes a sua preocupação de não ter conseguido, concluindo que grande parte das questões estão relacionadas como fazer e se não fizer é penalizado, sendo que esta “Jigajoga” deve-nos levar a que



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenhamos um olhar diferente, não se trata de fazer uma frente patriótica da salvação de todos, mas quase. Pelo que todos os políticos eleitos em representação das pessoas que nos elegeram temos que pensar nisso em virtude de num futuro próximo poder este território vir a ser facionado. -----

----- Interveio o senhor Amílcar Aleixo referindo que apesar da Prestação de Contas ser um elemento importante de quem gere, entende os procedimentos que são tomados, i.e., consubstanciando-se estes em fatores políticos, em despesas que têm de ser realizadas, sendo que não é de bom tom ter sempre os mesmos proveitos. Referiu que os custos associados aos fornecimentos e serviços externos aumentaram relativamente ao ano transato em 624.000,00€, montante que provém de um orçamento que passou de 1.816.502,69 € para 2.441.376,38€, tratando-se de um montante significativo, sendo a quarta parte do valor total de 2.441.376,38€. Referiu que o resultado não é dos melhores, tendo a senhora Presidente demonstrado o seu descontentamento por esse mesmo resultado líquido ser negativo. Fez alusão aos custos de fornecimentos e serviços externos que mais aumentaram de 2017 para 2018, cerca de 320.000,00 € relacionados com a limpeza de estradões e aceiros através da ADESA, que até 2017 eram contabilizados como investimento, pelo que se se entende que estariam mal contabilizados, apraz-lhe questionar sobre os anos anteriores se se manteve esse valor. De igual modo, fez alusão ao valor relativo ao transporte de água para abastecimento humano de 42.500 €, estudos, projetos e consultoria no valor de 55.000 €, horas de máquina face ao ano transato de 18.000 €, valores esses a mais relativamente ao ano transato. Face à receita ser inferior a 85%, é um facto que esta percentagem terá que ser ultrapassada no ano seguinte, uma vez que a ser inferior a 85% dois anos consecutivos, é acionado o mecanismo de alerta precoce de desvios legalmente previstos.-----

----- Interveio o senhor José Carlos Garcia referindo que ninguém gosta que o resultado líquido do exercício seja negativo, sendo que na sua ótica deverá ser feita uma análise trimestralmente ao exercício da Câmara Municipal para que efetivamente se possam tomar alguns procedimentos para que o resultado possa vir a ser positivo. Referiu que aquando a aprovação dos Documentos Previsionais, tem sido sua posição mencionar que os mesmos são um pouco empolados, pelo que se fossem mais realistas, pelo facto de quando são elaborados esses documentos já é possível saber qual foi a previsão relativamente aos investimentos realizados no ano anterior, provavelmente, a senhora Presidente teria um resultado diferente que não fosse motivo de maior preocupação. Referiu ainda, ser também sua preocupação que não se recebe algumas verbas pela falta de entrega de documentação, não entendendo o porquê de não se tomar esse procedimento, lamentando naturalmente este facto, bem como pelo valor do resultado líquido do exercício ser negativo.-----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o senhor Diamantino Garcia que referindo que quando iniciou a análise ao documento em apreço, a mesma fê-lo ir para uma outra dimensão, a cinematográfica, i.e., fê-lo visualizar uma cena de alguns filmes com algum tipo de violências, nas quais é visível verificar que quando alguém está no chão está claramente em inferioridade e muitas das vezes numérica e, mesmo assim, continua a ser vítima de “bullying”. Comparando esta cena do filme com a vida política, referiu que para a oposição era fácil também praticar “bullying”, porém entende que, provavelmente, não será a atitude mais apropriada. Referiu que quanto ao resultado líquido do exercício ser negativo, com um valor de 38.952,91€, efetivamente não se poderá ter como desculpa o facto de o orçamento/ano 2018 não ter sido objeto de aprovação, uma vez que o mesmo foi aprovado, tendo sofrido 26 alterações e 3 revisões, o que vem provar o que se especulava anteriormente, i.e., que pelo facto de o orçamento não ter sido aprovado que era bem mais difícil trabalhar, admitindo a sua pessoa esse facto. Porém, é um facto que não se verificou relativamente ao Orçamento/ano de 2018, pelo que do seu ponto de vista não foi muito bom. Referiu ser sua surpresa, pela positiva, a postura da senhora Presidente da Câmara Municipal nas várias intervenções realizadas na apreciação ao documento, tendo-as feito com uma grande sinceridade e seriedade e até com alguma humildade, pelo facto de assumir que as coisas não correram bem, facto visível nas palavras que proferiu nas suas intervenções, que mostra que tem consciência que embora tenha feito tudo não vê que seja culpa sua não ver os resultados que desejava ver, tendo consciência daquilo que aconteceu. Pelas intervenções do parcelar sobre o assunto em discussão, referiu parecer-lhe que o que aconteceu incide muito naquela que é a estrutura da Câmara Municipal, ou seja, existem sectores da Autarquia que não funcionaram devidamente, sendo exemplo disso a questão relacionada com alguns pedidos de pagamento, tendo a senhora Presidente da Câmara Municipal consciência disso pelas palavras que proferiu nas suas intervenções. Tendo em conta a posição na senhora Presidente, referiu que é um facto que a do senhor Vice Presidente efetivamente é inversa, pelo facto de lhe parecer que nada tem a ver com os resultados obtidos, uma vez que pela intervenção constante no parcelar da Ata sobre o assunto em questão não faz qualquer referência a assumir qualquer “culpa”. Referiu não entender as suas palavras quando justifica o resultado do exercício através do problema existente com a água do rio, sendo uma realidade a que se teve que alocar alguns meios, tanto financeiros como logísticos, acontecimento que ocorre todos os anos, não sendo por isso que temos um resultado líquido do exercício negativo, naturalmente poderá influenciar, contudo não é esse o fator determinante. Referiu que também mencionou a questão da Lusíaves que não tem conhecimento da relação que tem com este processo, nem com as pessoas



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que estiveram em representação da empresa no nosso território, nem de outras que estiveram em algumas iniciativas, pelo que não sabe se também estas pessoas tiveram influência no resultado obtido. Demonstrou a sua preocupação quando o senhor Vice Presidente mencionou as seguintes palavras que passou a citar: *“Terminou a sua intervenção referindo que 2018 foi um ano difícil, porque obrigou a um esforço acrescido devido aos catastróficos incêndios de 2017, disse ainda que que acreditava que o território iria brevemente começar a inverter a tendência secular de despovoamento porque estão sendo criadas condições cada vez mais favoráveis para se viver neste concelho”*, pelo que lhe apraz mencionar que para quem não conhece o senhor Vice Presidente pode entender que não se está a referir ao nosso concelho, uma vez que entende que não é esse o sentimento que quem reside no concelho sente, ou seja, o que quem reside sente efetivamente a preocupação da senhora Presidente a de termos cada vez mais menos residentes no nosso concelho. Realçou que nos assuntos de interesse para o município numa das intervenções foi sobre os imóveis devolutos e que os mesmos fossem objeto de penalização em termos de IMI, tendo a sua pessoa dito a um dos seus colegas de bancada que entre a ponte do Cerejal e o Adro da Igreja em Vila Nova do Ceira, presentemente existem seis habitações para venda, sendo este um dos exemplos do nosso concelho.-----

----- Interveio o senhor Nuno Alves que, primeiramente, destacou o documento pelo seu rigor e clareza, realçando que pelo seu volume seria bom que numa próxima oportunidade a documentação deveria efetivamente ser remetida em formato digital por forma a reduzir o consumo de papel, uma vez que, maioritariamente, todos os elementos têm meios digitais para consulta e análise à documentação. É um facto que a redução de papel não iria inverter os números constantes no documento em apreço, números esses e percentagens motivo de preocupação, sendo exemplo disso a percentagem de 51,57% relativa ao grau de execução das GOP, fazendo alusão aos investimentos que contribuíram para que a execução não fosse superior, nomeadamente, as Medidas de proteção dos recursos hídricos no âmbito do Fundo Ambiental, relativo ao Rio Ceira, tendo o senhor Vice Presidente na sua intervenção feito menção a este ponto pela positiva que esta medida se encontra em desenvolvimento, tal como a Lusiaves. Sobre o rio Ceira, referiu que, aproximando-se a época balnear este continua com grandes indicadores, motivo de preocupação para que se inverta o nível de turismo que a nossa região teve no ano transato. Referiu que um outro investimento que contribuiu para a referida percentagem foi a Estabilização de emergência pós incêndios, bem como a Casa Museu Alice Sande, sendo este, a par dos restantes mencionados, como que falou três grandes investimentos que não tiveram qualquer taxa de execução, pelo que questionou qual o ponto de



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação destes três investimentos, bem como qual a estratégia do Executivo para que os mesmos possam ser executados. Referiu que como é visível as palavras da senhora Presidente quando referiu que *“menos execução traduz-se em menos desenvolvimento para o concelho de Góis”*, corroborando com estas suas palavras, realçando que também foram referidos quais os motivos que implicaram essa mesma execução, *“excesso de trabalho por parte de um conjunto de trabalhadores”*, *“o processamento dos pedidos de pagamento e de tudo aquilo que lhe está associado”* e *“a cobrança da receita no âmbito dos fundos comunitários”*. Face ao exposto, e tendo em conta os três motivos elencados pela senhora Presidente da Câmara Municipal, referiu que o PDS desejava apresentar uma proposta que se consubstancia na criação de uma Equipa permanente de promoção, execução e acompanhamento de candidaturas, que possam trazer ao Município de Góis novos investimentos para desenvolver o nosso concelho. Quanto à taxa de execução da receita de 75,76%, inferior a 85%, referiu que a mesma não poderá estar abaixo do valor de 85% em dois anos consecutivos, pelo que sendo a primeira vez que temos um resultado inferior à mesma devemos ter o cuidado desta não se voltar a repetir face ao que está legalmente previsto. Realçou a receita provinda de fundos comunitários tem percentagens entre os 21% e os 25%, sendo que acredita que estas percentagens poderiam efetivamente ser objeto de resolução se fosse criada a referida equipa que mencionou. Referiu que no âmbito da cultura houve uma redução de 37% havendo também uma diminuição de 47% no que concerne à ação social, o que numa estratégia mencionada em alguns discursos de que se aposta fortemente nas pessoas não corresponde às referidas percentagens. Terminou, referindo que há um facto que destaca que se trata do cumprimento do prazo médio de pagamentos, foi de 39 dias, abaixo da média nacional que é, efetivamente, de 48 dias. Concluiu a sua intervenção, referindo que a Câmara Municipal contará sempre com o Grupo e o Vereador do PSD para estar na linha da frente em tudo aquilo que sejam políticas de trabalho para o interesse das nossas populações. -----

----- Interveio o senhor Jaime Garcia referindo estar esta Assembleia Municipal perante o Relatório de Contas do ano de 2018, documento dividido em duas vertentes, uma financeira e uma outra política. No que concerne ao resultado do exercício líquido ser negativo, discorda nas intervenções anteriores quando mencionaram que deveria efetivamente ser um resultado positivo, sendo, na sua ótica, importante ser transparente e totalmente rigoroso nas contas que são apresentadas. Referiu que o que temos em termos de resultados decorre essencialmente e principalmente daquilo que é um orçamento fora do normal, i.e., daquelas que foram as consequências das tragédias dos incêndios de 2017, tendo o orçamento sido altamente inflacionado com verbas relativas a um conjunto de situações que são necessárias realizar como seja o fundo



MUNICÍPIO DE GÓIS ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ambiental, a estabilização de emergência, requalificação de estradas e reposição de equipamentos, entre outros investimentos, fatores que contribuem para que o orçamento seja muito maior e de difícil controlo. Quanto à questão desse controlo, referiu que ressalva a execução da receita de 75,76%, sendo um indicador motivo de preocupação, uma vez que quando o município apresenta em dois anos consecutivos uma taxa de execução inferior a 85% são acionados mecanismos de alerta, pelo que terá que existir um acompanhamento mais presente para se perceber onde é que há desvios e o que é necessário fazer para colmatar esses mesmos desvios e com certeza que terá que ser uma solução realizável, sob pena de poder vir a ser acionados os referidos mecanismos que poderão vir a condicionar a ação do município. Quanto às questões referentes à análise política, referiu ser relevante a questão da execução das GOP, com uma taxa de 51,57%, recordando que na sua intervenção nos assuntos de interesse para o município deu conhecimento das contas da CIM-RC sendo a execução das GOP desta Comunidade Intermunicipal foi de 53% pelo que o Município de Góis não está assim tão desfasado daquilo que é uma realidade, que não o deveria ser, mas que efetivamente acaba por ser transversal. Quanto à questão dos Fundos Europeus, referiu que também tem algum impacto na realização da receita quando os processos são mais morosos, seja por via das candidaturas ou de alguns procedimentos administrativos que implicam maior demora tanto no tratamento, como na execução das operações. Ainda sobre as GOP, fez alusão aos critérios que são utilizados para a sua execução tendo em vista aquilo que, em retórica toda a gente a utiliza, não somente quem está no poder mas todos nós a utilizamos, sendo uma característica do PS o investimento nas pessoas, na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento do concelho, realçando o apoio atribuído às instituições concelhias, tudo isso vem “condenado” para esta execução. Nesse ponto de vista a Câmara Municipal cumpre sendo esse facto visível naquela que é a leitura global das preocupações que foram nesta sessão expostas daquilo que foi o exercício durante o ano de 2018. Referiu ser importante realçar os limites de dívida que são adequados, a inexistência de pagamentos em atraso, o cumprimento integral da LCPA, bem como um conjunto de indicadores em que a autonomia financeira teve um acréscimo de 2017 para 2018, a capacidade de endividamento subiu de 2017 para 2018, estando claramente acima da média nacional, o prazo médio de pagamento a fornecedores degradou-se passou de 29 para 39, porém a média nacional são de 48 dias. Face ao exposto, referiu que há razões para preocupação, bem como para ter um maior controlo e acompanhamento, principalmente para que não haja nenhum motivo de surpresa quanto aos mecanismos de alerta. Concluiu, referindo que a bancada do PS irá votar favoravelmente a Prestação de Contas. -----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dada a palavra, o senhor Vice Presidente da Câmara Municipal referiu que ao longo da história os territórios rurais perderam população para outros territórios por estes reunirem um conjunto de mais valias favoráveis ao seu quotidiano, sendo esta uma tendência natural, uma vez que os grandes centros urbanos atraem por terem melhores condições, conforto e mais oportunidades, sendo natural a existência de um êxodo rural. Referiu que terá que se inverter este êxodo rural, porém a solução não passa por obrigar as pessoas a permanecerem nestes territórios, mas sim criar condições apelativas à fixação, para que as pessoas optem por residirem no nosso território e aproveitarem as oportunidades que o mesmo nos proporciona. Referiu ser um otimista e acreditar que irá haver uma inversão do despovoamento quando forem criadas melhores condições, sendo que não precisamos que ocorra nenhuma catástrofe, para que as pessoas comecem a refletir no seu modo de vida e a pensarem que não é só a riqueza e as grandes oportunidades que dão qualidade de vida. Referiu tratar-se de um grande desafio para todos, entendendo que os Executivos da Câmara Municipal e das Freguesias, bem como as coletividades/associações têm desenvolvido um trabalho extraordinário para que estes territórios tenham qualidade de vida, sendo inquestionável o forte investimento que tem havido. Referiu que não pode apelar à vinda de pessoas para o concelho quando este carece de alguns melhoramentos na questão da rede de águas e saneamento básico, rede de esgotos, acessibilidades, entre outros, existindo um conjunto de trabalhos que estamos a criar que hão de ser diferenciadores e que, naturalmente, estes territórios hão de ser apetecíveis, sendo que na sua ótica já o são, sendo que muitos ainda não se aperceberam do privilégio que é de residirem nestes territórios. Quando fez a sua apreciação ao documento em causa, referiu ter dado o seu testemunho sobre a conta de gerência, sendo que se pronunciou sobretudo sobre o relatório de atividades e menos sobre a prestação de contas, uma vez que esta se traduz em números, realçando o trabalho desenvolvido na revisão ao PDM bem como as oportunidades de terem estado presentes no concelho pessoas que nos irão ajudar em alguns processos. Pelo que a sua intervenção no assunto em questão foi a de fazer um memorando daquilo que entende ser importante, bem como do que se passou no concelho além dos meros números. Sobre os números do documento, referiu que não tem conhecimento se a Assembleia Municipal sabe como é que são alguns procedimentos, referiu que no que concerne a programas financiados, primeiramente é feito um Aviso de abertura de candidatura, sendo que para a Câmara Municipal proceder à apresentação de uma candidatura terá que ter a verba inscrita no orçamento, caso não esteja não se pode recorrer à candidatura, pelo que se toma como procedimento inserir esse montante no orçamento. Porém, desde a apresentação da candidatura até a obra ser feita há uma morosidade significativa que não se traduz somente num



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano, tendo sido esta situação que aconteceu para que a Câmara Municipal tivesse uma menor execução do que nos anos anteriores. Referiu que o Fundo Ambiental tem associado um montante de um milhão de euros não tendo sido executado qualquer montante, porém, recentemente, é que nos foi dada autorização para se iniciar este processo, tendo sido dado início aos trabalhos quando as condições climáticas proporcionaram. Referiu que para que o projeto da Casa Alice Sande, ser objeto de candidatura teve que ser inserido no orçamento um montante afeto ao mesmo para que a Câmara Municipal pudesse apresentar uma candidatura para financiamento. Referiu que mais vale correr o risco de termos estas rubricas em orçamento e até não serem executadas por vários motivos, muitos destes alheios à Câmara Municipal, do que nem sequer arriscar a apresentar a candidatura. Quanto ao resultado do exercício líquido ser negativo, referiu ser do conhecimento de todas as alterações realizadas uma despesa que era considerada capital e era alterada para o património fazendo parte do imobilizado, neste momento é um custo do exercício, ou seja, uma despesa, podendo traduzir-se num artifício contabilístico, salientando que a realidade “nua” e “crua” não altera, mas sim altera a maneira como são apresentados os dados, sendo esta situação que todos deveriam ter em atenção. Referiu que tanto a sua pessoa como a senhora Presidente são responsáveis, uma vez que poderiam ter feito mais, não se estando a desculpar com estas palavras, contudo temos que ter consciência dos limites e do enquadramento em que as coisas se desenvolvem. Concluiu, referindo ser otimista e acredita que este território irá ter futuro. -----

----- Dada a palavra, a senhora Presidente iniciou a sua intervenção rendendo a sua homenagem ao senhor Manuel Enéscio Gama sendo seguramente uma das pessoas que a viu chegar a Góis, pelo que lhe dirigiu as palavras sobre os dois momentos importantes no exercício da vida autárquica que é a apresentação da Prestação de Contas e os Documentos Previsionais. Relativamente à deliberação da Câmara Municipal que acompanha o documento em discussão, referiu que por falta de tempo não pode verificar o teor da deliberação, não foi pela Dr.ª Liliana Pinto não a ter exortado mais do que uma vez, uma vez que os senhores Vereadores tiveram essa oportunidade, porém deu indicações para que o documento fosse remetido ao órgão deliberativo para cumprimento dos prazos legalmente estabelecidos, uma vez que entende que existem expressões que poderiam ser melhoradas. Referiu que quando se candidatou há dez anos é porque entendeu que poderia dar um pouco mais ao concelho por entender que tinha potencial, facto que ainda hoje sente que o tem. Referiu que há dez anos a esta data há um cerco à sua volta o qual vem de todos os lados, que diz “quanto pior lhe correr, melhor”, mesmo dentro da sua própria organização, residindo o problema nessa expressão, pelo que já passaram dez anos. Referiu que desde a primeira hora tomou como



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procedimento de todos nos juntarmos em unísono e defender o superior interesse do concelho de Góis em todas as áreas, de facto é uma realidade, tal como mencionou o senhor Diamantino Garcia, está mesmo sozinha, porém ninguém lhe irá dar pontapés. Referiu estar refém das suas escolhas e qualquer pessoa ao mínimo sinal a ameaça, até mesmos os trabalhadores, sendo tal facto gravíssimo, por estarmos a falar de 200 pessoas numa organização, situação que a leva a questionar se não contar com a sua Equipa e com os Recursos Humanos da sua organização com quem é que poderá contar. Relativamente aos resultados apresentados no documento em apreço referiu que, efetivamente, são motivo de sua preocupação, sendo que outra coisa não esperassem da sua pessoa, por se tratar de um grave prejuízo para o concelho de Góis, sendo este o ano negro da sua legislatura, pelo simples facto de apresentar resultados que não há justificação para os mesmos, tendo a Câmara Municipal todas as condições para se fazer melhor, caso estivéssemos em unísono, pelo que se tiver dependente de uma ou duas pessoas é muito difícil. Relativamente à cobrança da receita, questionou do porquê de não ter sido cobrada receita, consubstanciando-se este facto de a Câmara Municipal ter uma situação financeira equilibrada e procede-se ao pagamento de todas as dívidas, pelo que estando no quarto mês do ano parece-lhe que o cenário ainda não foi alterado, pelas informações que lhe foram prestadas, tendo que tomar uma atitude em relação a este serviço que passa pela sua dedicação ao mesmo em detrimento de outros, para poder vir a apresentar resultados diferentes ao de 2018. Sobre os pedidos de pagamento referiu que nem sempre se justifica com a falta de documentos, uma vez que algumas das vezes os mesmos são efetuados para “fazer de conta”, porquanto algumas vezes recebemos o retorno sem sucesso por falta de documentação, pelo que somente agora é que está a tentar perceber o que é que se está a passar há dez anos, uma vez que tem tudo para apresentar excelentes resultados, porque temos quem goste de trabalhar, quem ame Góis e temos quem respeite o sentido do serviço público, pelo que não pode ter 200 pessoas, ou, pelo menos 190 a fazer-lhe contravapor, contravapor esse que estão a fazer ao concelho, porque a sua pessoa seguirá no final do mandato a sua vida normalmente. Referiu ficar aqui uma marca, não querendo ficar associada àquilo que pode ser um concelho a entrar numa situação de quase “moribundo”, sendo que diariamente envida esforços junto de muitas entidades para desenvolver trabalho. Mais referiu que não a elegeram para a atacarem e só trouxeram maus resultados ao concelho de Góis, sendo este o balanço relativo a dez anos, porque sempre fez o seu melhor tendo lutado sempre por defender que se trouxesse dinheiro para o concelho, boa reputação, evidenciando que quando a destroem nas redes sociais só estão a destruir o concelho de Góis, uma vez que a sua vida seguirá. Prosseguiu, referiu estar preocupada com a questão do ROC,



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porquanto não lhe podem acender uma luz vermelha quando o exercício do ano de 2018 se encontra encerrado, tendo somente tido conhecimento no mês de fevereiro que não teria alcançado os 85%, salientando que foi violentamente atacada com o concurso do ROC quando a sua pessoa nada teve a ver com esse procedimento concursal, referindo que não lhe foi comunicado absolutamente nada sobre o resultado líquido do exercício, entendendo que a meio do ano deve a empresa alertar sobre a execução e sobre a receita. É um facto que a Câmara Municipal não executou três empreitadas por não estarem reunidas as condições para esse efeito, porquanto houve um conjunto de pessoas dentro da Câmara Municipal, como o fiscal da obra e o gestor do projeto que entenderam que não se deveria ficar somente com a recuperação do edifício Casa Alice Sande, mas sim musealizar e inovar este espaço, tendo a sua pessoa através do Programa Valorizar conseguido 250.000,00€ para recuperar sendo que terá ainda que arranjar mais 450.000,00€, pelo que não foi este projeto executado. É também uma realidade que não foi executada a Estabilização de Emergência pós incêndios, pelo facto de não ter havido condições para o efeito por se tratar de um projeto que carece de visto do tribunal de contas e que leva a alguma morosidade, acresce que sempre que há pedidos de prorrogação do prazo, adiamentos, suspensão de trabalhos, nunca houve um trabalhador que lhe dissesse para não aceitar por prejudicar o concelho, porque se o fizesse e se estivesse legalmente previsto a sua resposta seria afirmativa. Referiu que também a questão dos recursos hídricos – Fundo Ambiental não teve qualquer execução, porém é do seu conhecimento a existência de faturas a amontoar-se em virtude de o trabalhador responsável se encontrar em gozo de férias e não ter solicitado ajuda para que esse serviço fosse realizado por um outro trabalhador. Continuou fazendo referência a que a percentagem da educação e a cultura não baixou, referindo que a Câmara Municipal quando apoia em mais de setecentos mil euros as instituições de natureza cultural, desportiva e outras. Quanto ao decréscimo verificado na ação social, referiu ser propositado, uma vez que anualmente questiona sobre o papel da Segurança Social, pelo que a Câmara Municipal não tem que se substituir a esta entidade, em virtude de a mesma ter verbas afetas ao concelho de Góis. Para o efeito deverá ser solicitado à Segurança Social (RLIS) uma avaliação de forma verificar se a família reúne critérios para atribuição de prestação pecuniárias ou outras. Referiu subscrever a constituição de uma Equipa e que a mesma seja externa à Câmara Municipal, para que nos ajude elaborar as candidaturas e que desenvolva todo o processo e que também monitorize o mesmo. Contudo, referiu ter algum receio por entender que dentro da Câmara Municipal existem pessoas muito capazes só que teimam em fazer-lhe a “vida negra” por pensarem que estão a prejudicá-la, porém com a posição que tomam prejudicam o funcionamento da Câmara Municipal na questão de



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

não apresentar bons resultados, facto que lhe é imputado. Terminou, referindo que é necessário unir-se esforços sendo que estará com todos, tendo-se candidatado em nome de Góis, pelo que se nós todos fizermos uma força conjunta para defendermos aquilo que são as nossas verdadeiras necessidades, podemos apresentar bons resultados, vender uma boa imagem do concelho, para não correremos o risco de qualquer dia ninguém nos querer. Concluiu, referiu que terá que se dedicar mais e perceber o que é que está acontecer dentro da Câmara Municipal.-----

----- Dada a palavra, o senhor Jaime Garcia referiu não ser inédito o resultado líquido do exercício ser negativo, sendo que o único resultado líquido negativo registado até 2017, foi no ano de 2008.----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e, deliberou, por maioria, com nove votos a favor dos elementos da banca do Partido Socialista e, dez abstenções, dos elementos que compõe a bancado do Partido Social Democrata e da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, aprovar o Relatório de Contas/Ano de 2018.-----

----- O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto:” *O Grupo Municipal do PSD abateu-se na votação da Prestação de Contas/Ano 2018, por coerência com os motivos que levaram o Vereador Rui Sampaio a abster-se na votação do Executivo Camarário*”, constituindo o documento o Anexo I da presente Ata.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----3 – RELATÓRIO DE AUDITORIA, PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS / ANO DE 2018-----

----- Foi presente o Relatório de Auditoria, Parecer do órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas/Ano de 2018.-----

----- Interveio o senhor Diamantino Garcia que fez alusão a uma frase constante na página 8 do documento em apreço que passou a citar “: *De acordo com o ofício circular nº3/FAM/2018, datado 07.02.2018, o Município desreconheceu a dívida ao FAM, no valor de 128.027,98 euros*”., tendo questionado o significado dentro deste contexto da palavra “*desreconheceu*”, uma vez que essa expressão poderá ser entendida como que o município tenha reconhecido a dívida ao FAM e, posteriormente, desreconhecido a mesma.-----

----- Dada a palavra, a senhora chefe da DAG, Dr.ª Sara Mendes, explicou que o Município de Góis em termos de comparticipação do Fundo de Apoio Municipal (FAM) tinha, no prazo de sete anos, que contribuir com um valor de cerca de 350.000,00€, valor este que se encontra reconhecido como dívida a terceiros nas demonstrações financeiras. Sucede porém, que houve alteração à legislação



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que regulamenta o FAM que veio diminuir o valor das prestações anuais do Município de Góis junto do FAM para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 e conseqüentemente o valor global da comparticipação, pelo que foi efetuado um ajustamento, para menos, do valor em dívida registado.--

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----4 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO / ANO DE 2019-----

----- Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária de 09.04.19, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

----- Interveio o senhor Manuel Gama referindo lembrar-se que em anos anteriores a Assembleia Municipal na 1ª Revisão ao Orçamento e às GOP era integrado o saldo relativo ao ano anterior.-----

----- Dada a palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal solicitou à senhora chefe da DAG, que procedesse aos devidos esclarecimentos.-----

----- Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG, Dr.ª Sara Mendes, referiu que há o resultado líquido do exercício e também existe o saldo de gerência que no fundo são os valores que o município dispunha a 31.12.18 em caixa.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento e, deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento/Ano de 2019.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----5 – 1ª REVISÃO ÀS GOP / ANO DE 2019-----

----- Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária de 09.04.19, relativamente ao assunto em epígrafe -----

----- Interveio o senhor Nuno Alves referindo que da análise realizada ao documento, apraz-lhe mencionar que no âmbito da candidatura designada “Biblioteca Municipal – Beneficiação e manutenção/Requalificação” apresentada ao Programa BEM – Beneficiação de Equipamentos Municipais houve a anulação de um montante significativo, devendo-se ao facto de ter sido emitida a decisão de não seleção para celebração de contrato. Porém, referiu que a sua preocupação se consubstancia no facto da cobertura deste equipamento ser em amianto, sendo que pelas palavras do senhor Primeiro Ministro deve este material ser objeto de remoção por uma questão de saúde, pelo que questionou quais os procedimentos que a Câmara Municipal irá ter relativamente à questão do amianto, tanto no referido edifício, bem como no imóvel onde funciona a ADIBER.-----

----- Dada a palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que o imóvel onde funciona a Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra é propriedade da Casa do Concelho de



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Góis, sendo que quanto ao edifício que alberga a Biblioteca Municipal é da competência da Câmara Municipal a resolução quanto à remoção do amianto. Efetivamente não foi aprovada a candidatura ao Programa BEM – Beneficiação de Equipamentos Municipais, embora o senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais tenha garantido a existência de uma 2ª fase de candidaturas ao referido Programa. Porém, referiu que, com ou sem candidatura, a Câmara Municipal terá que realizar intervenção neste imóvel, apesar de não ser tão profunda com era nossa intenção conforme plasma na referida candidatura, terá que se proceder à remoção do amianto por ser competência da autarquia.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento e, deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª Revisão às GOP/Ano de 2019.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **6 – RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL.** -----

----- A senhora Presidente deu a palavra aos elementos da Assembleia Municipal para se pronunciarem sobre o assunto.-----

----- Interveio o senhor António Gil referindo que desejava que lhe fossem prestados alguns esclarecimentos sobre o documento em apreço, nomeadamente na questão da atribuição de subsídios às entidades patentes na página 3 do documento. Referiu que no passado ano a Câmara Municipal procedeu à regularização extraordinária dos vínculos precários, pelo que a transferência de alguns subsídios para algumas entidades patentes no documento tiveram resolução definitiva, uma vez que os trabalhadores que entraram para o quadro da Câmara Municipal no âmbito da Lei nº 112/2017, de 31.12, deixando de serem contratados pelas referidas entidades, não tendo a mesmas que procederem à sua remuneração. Porém, devido aos valores patentes no quadro da página 3, desejava saber qual o objeto da transferência dos mesmos, nomeadamente quanto à ADIBER e Lousitânea que lhe parecem que podem ser para pagamentos remuneratórios ou outros serviços, percebendo o objeto do subsídio atribuído à Associação Educativa e Recreativa de Góis, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis e Santa Casa da Misericórdia de Góis. Ainda sobre o documento em apreço, referiu que o Ponto 2. Domínio Educativo e Social faz referência a “Reunião com empresários do Concelho para apresentação do Projeto EN2 Góis”, pelo que desejava ter conhecimento dos empresários que participaram na mesma e quais as ideias dirigidas da Câmara Municipal aos empresários e vice versa para perceber como é que Góis vai poder lucrar mais e aproveitar esta mais valia que é a Rota da EN2. Referiu que no Ponto 3. Domínio Cultural e



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Recreativo é feita menção à “Representação do Município na BTL – promoção, divulgação, animação e representação do concelho de Góis na BTL nos stand’s da CIM-RC, Turismo do Centro e Associação de Municípios da Rota da EN2”, pensa que não tivemos nenhuma participação autónoma, desejando ter conhecimento o que é que está a ser realizado ao nível do Turismo na promoção do nosso concelho.-----

----- Dada a palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal referiu considerar a análise realizada aos subsídios pelo senhor António Gil bastante tendenciosa, nomeadamente, quando mencionou a Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra e a Lousitânea, realçando que a Câmara Municipal tem paga os ordenados aos trabalhadores da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis, pelo que não podemos criar uma suspeição que não fica bem. Quanto à transferência de subsídios para a ADIBER referiu que a Câmara Municipal tem vários protocolos e projetos com esta entidade, o Gabinete de Inserção Profissional, gestão do projeto da Quinta da Ribeira, CEI e CEI+ respostas a situações de desemprego, nomeadamente pessoas que vivem do RSI. Referiu que tal como a Câmara Municipal o faz com a Associação Educativa e Recreativa de Góis e FILVAR o apoio à ADIBER é no funcionamento corrente, como apoiamos qualquer outra instituição, pelo que como os montantes são transferidos através das verbas correntes é colocado apoio ao funcionamento, independentemente de qual o objeto desse montante. Realçou que, recentemente, a Câmara Municipal procedeu à transferência de um subsídio ao Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares para proceder à remuneração à Educadora de Infância uma vez que a IPSS por si só não consegue manter a valência de jardim de infância, não entendendo o porquê de ter sido somente feita referência à Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra. Quanto à atribuição de subsídio à Lousitânea, referiu que se não fosse esta entidade as aldeias do xisto não eram dinamizadas, porquanto a Câmara Municipal não tem uma pessoa disponível para, diariamente, proceder às tarefas afetas ao posto existente nas aldeias do xisto, como fazem os trabalhadores afetos a esta entidade. Referiu que, possivelmente, avizinha-se o encerramento deste posto, por motivos externos à entidade, pelo que irá verificar se a Câmara Municipal tem capacidade por mil euros de manter as aldeias do xisto vivas, 365 dias do ano. Referiu que a Câmara Municipal atribuiu um apoio, uma vez que fez um investimento de um milhão de euros à data e, presentemente, ajuda a Lousitânea a manter vivas as aldeias do xisto, tendo tido um resultado magnífico, sendo exemplo disso o Entrudo, evento que no presente ano teve uma grande afluência, tendo sido servidas mais de duzentas refeições. Como só foi questionada sobre estas duas entidades, referiu ter procedido aos devidos esclarecimentos, porém o subsídio atribuído



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a todas as restantes instituições é para funcionamento das mesmas. Quanto à reunião com os empresários no âmbito do Projeto da EN2 de Góis, referiu que foi o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo que dinamizou a mesma pelo que não tendo dados para prestar os devidos esclarecimentos oportunamente os prestará. Quanto à participação do Município de Góis na BTL, referiu a existência do stand da Rota da EN2, congratulando-se pela promoção feita a este projeto, uma vez que tinha toda a rota projetada no chão do pavilhão 1 ao pavilhão 2, tendo a Câmara Municipal participado do stand da CIM-RC, tendo tido oportunidade de ser apresentada a etapa do rally de Portugal no nosso concelho.-----

----- Interveio o senhor Luís Dias questionando sobre a possibilidade de no quadro relativo à celebração de contratos, página 4, ser inserida uma coluna com os respetivos valores. Ainda sobre este quadro questionou sobre o 1º e o 2º Adicional ao contrato 28/2018 e 29/2019 respetivamente, relativo à Requalificação da Praça da República e Ruas Envolventes. Referiu que relativamente às iniciativas promovidas pelo Município de Góis, nomeadamente sobre as “Marchas Populares 2019 – realização de uma reunião preparatória de auscultação da participação e envolvimento dos bairros, no dia 27 de fevereiro de 2019”, aprez-lhe questionar se efetivamente este evento irá realizar-se no presente ano. Relativamente à “Reunião Preparatória – Festival de Folclore EN2 – Auscultação dos parceiros locais para a preparação da iniciativa a decorrer a 12 de maio”, questionou sobre esta iniciativa. Relativamente aos Processos Judiciais Pendentes, questionou sobre a possibilidade de ser introduzida uma coluna com o ano de início do processo, para que se tenha conhecimento se se trata de um processo recente ou se o mesmo já se arrasta há algum tempo, uma vez que somente um processo é que faz referência à data. Relativamente ao processo relativo ao Parque Infantil do Cerejal questionou quanto ao objeto do mesmo e à entidade que o instaurou. -----

----- Dada a palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal informou que o processo do Parque Infantil do Cerejal foi instaurado pela ASAE, tendo o senhor Consultor Jurídico da Autarquia procedido à defesa do mesmo. Quanto às sugestões propostas informou que irá dar indicação aos serviços para que as mesmas sejam inseridas no documento. Quanto à reunião relativa às Marchas Populares 2019, informou a existência de uma comissão organizadora que tem promovido as reuniões, porém referiu que as pessoas devem participar de livre e espontânea vontade devendo as marchas emanar da sociedade civil com o apoio da Câmara Municipal, realçando que as reuniões de trabalho têm sido muito difíceis, pelo que continuará a apelar a adesão a esta iniciativa. Quanto ao Festival de Folclore da Rota EN2 informou que a proposta partiu da Câmara Municipal de Góis aquando a elaboração do Plano de Atividades tendo sido acolhida imediatamente, tendo havido uma



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recetividade por parte de muitos grupos, porém como a iniciativa se realizará no período da tarde de um domingo tivemos que optar um conjunto limitado de grupos para atuar, sendo também esta uma oportunidade para muitos visitarem o nosso concelho. Quanto ao dois adicionais ao contrato de Requalificação da Praça da República e Ruas Envolventes tratam-se de trabalhos complementares, i.e., no decorrer da obra houve a necessidade de se efetuarem trabalhos que não estavam previstos.-

----- Interveio o senhor Diamantino Garcia referindo que da análise realizada ao documento apraz-lhe questionar se qualquer pessoa tem acesso à informação patente no mesmo. -----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que sobre informação dos processos só as partes é que podem aceder aos mesmos.-----

----- O senhor Diamantino Garcia referiu que com as suas palavras desejou questionar quem são as pessoas que têm acesso ao documento em apreço, uma vez que o documento primeiramente era facultado somente à presidência da Assembleia Municipal e aos líderes de bancada, presentemente é entregue a todos os elementos do órgão deliberativo, pelo que a informação que plasma poderá ser objeto de uma maior divulgação. Quanto aos processos judiciais patentes no documento entende que se deverá ter algum cuidado na informação que se fornece, uma vez que, eventualmente, poderá trazer problemas ao município, nomeadamente à senhora Presidente da Câmara Municipal, não compreendendo a divulgação de alguma informação patente do documento sobre alguns processos, tendo apresentado como exemplo o furto à C.G.D. Referiu que quando questionou no uso da palavra nos assuntos de interesse para o município o ponto de situação deste processo, foi-lhe transmitido pela senhora Presidente da Câmara Municipal que não poderia prestar esclarecimentos detalhados devido ao sigilo que o assunto merece, porém, o documento em análise informa de alguns procedimentos tomados, informação que caso seja divulgada publicamente deixa efetivamente de ser sigilosa. Ainda sobre processos judiciais, fez alusão a um dos quais a sua pessoa foi arguida, tendo dado conhecimento do ponto de situação do processo em questão, salientando que da informação prestada não deveria fazer parte da mesma algumas considerações. -----

----- Dada a palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que as pessoas confundem aquilo que é o dever do sigilo com a confidencialidade e com a transparência, pelo que sempre que coloca alguma questão com a entrega de documentação de informação confundem-na sempre com falta de transparência, ou seja, que está a esconder alguma coisa. Referiu que mesmo que esta situação esteja plasmada legalmente discorda totalmente que os processos judiciais estejam apensos ao documento, devendo sim existir uma nota no sentido de que qualquer elemento da Assembleia Municipal que deseje consultar o ponto de situação de um processo poderá fazê-lo



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

através de solicitação para esse mesmo efeito, pelo que doravante irá ser esta a metodologia para que os elementos deste órgão possam ter conhecimento dos processos.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **APROVAÇÕES EM MINUTA:** -----

----- Foram aprovados em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos: um, dois, quatro e cinco da Ordem do Dia. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, a senhora Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem do Dia. -----

----- **PÚBLICO:** -----

-----O senhor Rui Rosa, residente na freguesia de Góis, referiu que após as intervenções feitas no decorrer dos trabalhos desta sessão, apraz-lhe mencionar a gravidade das palavras proferidas pela senhora Presidente da Câmara Municipal, sendo que pelas conversas da opinião pública é um facto “que o rei vai nu”, pelo que sendo a senhora Presidente a declarar que o “rei vai mesmo nu” entende ser bastante grave. Referiu apelidar como graves as situações mencionadas pela senhora Presidente, realçando estar em causa a governação do nosso concelho, sendo um facto preocupante, não sendo menos grave, até bem mais grave, o que mencionou acerca dos trabalhadores da Câmara Municipal que fazem e atuam no sentido de não respeitarem os interesses do município, considerando esse facto bastante grave. Entende que esta Assembleia Municipal tem que tirar das palavras proferidas alguma conclusão, sendo que as palavras proferidas não podem passar em branco, devendo haver consequências do que foi aqui afirmado nesta sessão, sob pena de não estarmos aqui a fazer nada, sendo este o seu apelo a todos que não podemos sair daqui de ânimo leve com as palavras que foram afirmadas pela senhora Presidente, acreditando no que disse e saúda a sua coragem pelas palavras proferidas.-----

----- O senhor João Reis Antão, residente na freguesia de Alvares, referiu que na qualidade de fotógrafo amador apraz-lhe mencionar que o faz com o intuito de promover o que de melhor temos, realçando as críticas positivas da opinião pública ao trabalho que tem realizado numa ótica de divulgação do concelho de Góis. Sobre a Rua do Camelinho, nas Cortes, referiu que efetivamente necessita de ser intervencionada, uma vez que a circulação de trânsito tem causado alguns problemas para quem ali reside, tendo apresentado como exemplo alguns portões danificados pela projeção de pedras aquando a passagem de veículos e também algumas pessoas já foram vítimas



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dessa mesma projeção. Ainda sobre estradas nesta freguesia fez alusão à de Cacilhas uma vez que também necessita de ser objeto de beneficiação. Quanto à Rota da EN2 é uma realidade que tem trazido muitos visitantes ao nosso concelho, facto que tem visualizado muitas vezes, sendo que no passado fim de semana pôde constatar que o Restaurante Montanha, Portela do Torgal, teve uma afluência significativa, realçando que no nosso concelho nesta Rota existem poucos restaurantes à beira da estrada, prevalecendo-se da oportunidade para informar que anda um jovem a fazer todo o percurso da EN2 a pé, sendo que, provavelmente, irá pernoitar no concelho duas noites, sendo que esta Rota tem tido uma assiduidade bastante interessante. Seguidamente, deu conhecimento que o Clube Rota de Jeropiga de 8 a 10 de junho irá realizar o II GRAVITY INTERNATIONAL FREERIDE, iniciativa que irá decorrer em Góis (Alvares, Simantorta) e Pampilhosa da Serra (Pessegueiro), prova que irá ter cinco países representados, agradecendo que todos divulguem esta prova, salientando que o alojamento existente nas zonas onde irá decorrer esta iniciativa se encontra lotado, sendo um facto interessante apercebemo-nos quando nos unimos é possível a realização de iniciativas que visam dinamizar e promover o concelho a vários níveis. -----

----- O senhor José Albuquerque Moreira Ângelo, residente na freguesia de Góis, iniciou a sua intervenção questionando a senhora Presidente da Câmara Municipal se é no presente ano que fica concluído o processo da praia de Ponte do Sótão, bem como se é também no ano em curso que se iniciarão os trabalhos no saneamento nesta localidade. Referiu que o senhor Diamantino Garcia nos assuntos de interesse para o município proferiu umas palavras, sendo que na sua ótica fê-lo muito bem, i.e., discute-se e fala-se de tudo menos daquilo que tem importância, facto que também se constata ao nível das reuniões do Executivo. Referiu falar-se muito nas “miudezas” e não em grandes projetos, sendo que em política e democracia leva-nos a que sejam discutidas ideias, projetos, apresentar propostas bem como contrapropostas, que consigamos encaixar propostas umas nas outras para de facto podermos beneficiar Góis. Referiu estar a falar nisto porque lhe parece que pela primeira vez ouvimos um Presidente da Câmara Municipal dizer que o seu trabalho “é boicotado”, salientando que o senhor Diamantino Garcia e o senhor Victor Duarte que sabem perfeitamente o que é “ser boicotado”, uma vez que já exerceram funções ao serviço da Câmara Municipal e sabem bem o que também lhes foi feito, facto que é do conhecimento geral. Tendo estas duas pessoas trabalhado na Câmara Municipal têm conhecimento de como é feito o processamento de alguns documentos, cabendo ao político assiná-los e, posteriormente, aos respetivos serviços dar continuidade aos mesmos, bastando que um dos procedimentos do processo não tenha a celeridade que merece para que o processo se prolongue no tempo causando por vezes transtornos a ambas as



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

partes. Referiu ser uma situação que as duas pessoas que elencou sabem perfeitamente, não se tratando de uma nova situação, tenta-se dar um pouco de ênfase a esta situação porque alguém teve a coragem de no sítio certo dizer algumas coisas que são verdade há vinte anos, sendo essa a questão. Por último, referiu que pôde constatar o desagrado do senhor Diamantino Garcia quanto ao funcionamento deste órgão em algumas questões, nomeadamente, quanto à morosidade de resposta a alguns assuntos e na entrega atempada de alguns documentos, pelo que o incentivou a candidatar-se a Presidente desta Assembleia Municipal ainda neste mandato.-----

----- O senhor Ricardo Ventura, residente na freguesia de Góis, referiu que um dos assuntos que que irá fazer menção é relativo ao saneamento das localidades de Bordeiro e S. Martinho, porquanto se trata de um assunto recorrente nas sessões da Assembleia de Freguesia pelo que uma vez que está previsto na rubrica no orçamento municipal do ano em curso um valor considerável para investimento nesta área, questionou a senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a previsão deste investimento nas referidas localidades. Relembrou que se trata de um anseio das populações que residem nestas povoações, sendo que no seu entendimento deveria ser este investimento uma prioridade da Câmara Municipal. Relativamente à empreitada de Requalificação da Praça da República e ruas envolventes, referiu registar com agrado o bom ritmo e a forma como tem decorrido esta requalificação naquele que para si é um espaço nobre da nossa vila. Relativamente ao acolhimento de pessoas no nosso município, referiu ser muito importante entendendo que somente os que cá residem não são o suficiente para o desenvolvimento sustentável do concelho, pelo que é de grande importância serem criadas condições para o acolhimento de novos residentes, pelo que propôs a criação de um gabinete de apoio ao emigrante, direccionado a pessoas estrangeiras. Referiu que no seu posto de trabalho tem tido a oportunidade de lidar com algumas dezenas de estrangeiros verificando a dificuldade que os mesmos têm em integrar-se na nossa comunidade não somente pelo facto da língua, mas também como de algumas burocracias legais. Sendo de todo importante a existência de um gabinete que os mesmos se pudessem dirigir numa ótica de potenciar a integração dessas pessoas na nossa sociedade. Terminou, fazendo alusão ao acolhimento no Município de Góis de uma família Síria, sendo de todo importante que todos contribuam para o bom acolhimento desta família, realçando que como Goense se sente orgulhoso por se ter acolhido esta família que, provavelmente, será a primeira de muitas. Realçou que, enquanto militante do PS, também se sente muito orgulhoso não tivesse sido este acolhimento liderado por um município do liderado pelo PS porquanto esta ação assenta num dos pilares da matriz socialista que é da solidariedade, estando as pessoas em primeiro lugar. -----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

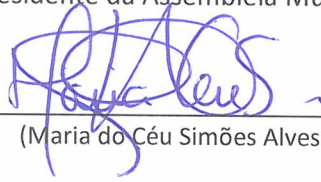
----- Dada a palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal referiu subscrever o repto lançado pelo senhor Rui Rosa. Quanto à questão relativa à Praia de Ponte Sótão referiu que a obra foi dividida em duas fases, sendo a primeira fase realizada no passado ano, estando inscrito o montante de cem mil euros, no orçamento do ano em curso, para a conclusão dos trabalhos. Referiu que sobre este investimento reuniu com os elementos da Casa do Povo de Ponte do Sótão e da Associação de Melhoramentos e Assistência de Ponto do Sótão, tendo-lhes sido comunicado que se estaria a elaborar o caderno de encargos para que fosse lançada a empreitada para conclusão da segunda fase deste projeto. Quanto à questão do saneamento nesta localidade referiu que do levantamento realizado não se trata somente do saneamento, mas também da questão de construção de uma ETAR, projeto que irá ser da competência das Águas Centro do Litoral, salientando a questão do processo de aquisição de alguns terrenos para esse efeito. Referiu que toda a rede de saneamento de Ponte do Sótão está orçamentada em cerca de um milhão de euros, referindo que apesar de a Câmara Municipal ter apresentado candidatura ao POSEUR, a mesma não foi objeto de aprovação, pelo que no âmbito da criação da empresa APIN, esta candidatura foi apresentada novamente ao POSEUR, havendo grande possibilidade de a mesma vir a ser aprovada, pelo que se a mesma vier a ser aprovada haverá um financiamento na ordem dos 80%. Salientou que se no presente ano não tivermos nenhum apoio para implementarmos a rede de saneamento na localidade de Ponte de Sótão e lugares limítrofes só teremos uma opção é a de ano de 2020 a Câmara Municipal recorrer a empréstimo, salientando a impossibilidade deste investimento ser somente financiado com fundos municipais. Ainda sobre a rede de saneamento, referiu a existência de outras localidades, como referiu o senhor Ricardo Ventura, S. Martinho, Bordeiro e outras localidades limítrofes que também carecem deste investimento. Quanto às obras de Requalificação da Praça da República e ruas envolventes referiu que foi solicitado por parte da empresa a prorrogação do prazo para conclusão da empreitada até ao dia 31.05.19. Quanto ao gabinete de apoio ao emigrante, referiu que no âmbito da CIM-RC foi criado um gabinete estando dois Técnicos da Câmara Municipal afetos à dinamização do mesmo, tendo feito uma breve apresentação dos objetivos do mesmo. -----

----- E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e três horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela senhora Presidente e pelos Secretários da Mesa da Assembleia Municipal. -----



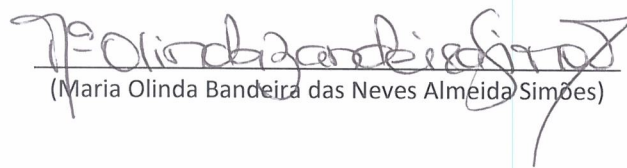
MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Presidente da Assembleia Municipal



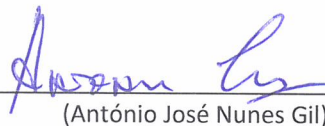
(Maria do Céu Simões Alves)

A Primeira Secretária



(Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões)

O Segundo Secretário



(António José Nunes Gil)

